

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 - Série VII - N.º 537
12 de Abril de 1984

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português. Djr./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

A LUTA DE MASSAS

Na página 3 publicamos um levantamento das **lutas e acções de massas desde 1 de Março** que dá uma clara ideia da amplitude que assume a acção popular contra a política do Governo Soares/Mota Pinto e de apoio a uma alternativa à situação • Marcadas para os próximos dias novas acções em todo o País, destacando-se as **Marchas pelo Pão e pelo Trabalho no Porto**, no próximo sábado, a **Jornada convocada pela CGTP-IN** para a próxima quarta-feira

GOVERNO RECUA NOS AUMENTOS

ACTIVIDADE DO PARTIDO

Numerosas assembleias das organizações do Partido reforçam a acção e organização do PCP em todo o País • No próximo fim-de-semana realiza-se em **Santarém a Festa da Primavera** • No próximo fim-de-semana efectua-se a 2.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

Nota da SIP do PCP denuncia as escandalosas operações das «comemorações» do Governo PS/PSD • Em todo o País multiplicam-se iniciativas populares e democráticas

DEFESA DO PODER LOCAL

A população de **S. Pedro da Cova** festejou nas ruas a estrondosa vitória da APU nas eleições para a Assembleia de Freguesia • A APU repõe a verdade acerca da ofensiva contra o município da **Amadora**.

SEMANA

4 Quarta-feira



Milhares de trabalhadores da Administração Local concentram-se em cinco cidades do País — Lisboa, Porto, Coimbra, Castelo Branco e Faro — em protesto contra o «pacote» autárquico que obriga as Câmaras Municipais a despedir milhares de trabalhadores, sob pena de serem dissolvidas. Tropas chinesas bombardeiam há três dias posições vietnamitas na fronteira entre os dois países, provocando dezenas de mortos; Pequim alega que a agressão é uma resposta a «provocações armadas vietnamitas», versão que até meios diplomáticos na capital chinesa, citados pelas agências, põem em causa. Uma vaga de greves atinge a Europa da CEE: na Grã-Bretanha os mineiros juntam-se a rodoviários e ferroviários na solidariedade aos mineiros; a Bélgica paralisa contra as medidas ditadas de «austeridade»; na Lorena os metalúrgicos e outros trabalhadores param a região; e na Grécia alastra igualmente o movimento grevista. O Estado-Maior do exército governamental salvadoreño confirma estar sem notícias de um batalhão de pára-quedistas cercado pelas forças da FMLN em Ciudad Barrios. Morre o académico soviético Oleg Antonov, criador dos aviões do mesmo nome, com 78 anos de idade.

5 Quinta-feira



Na sequência de pressões de Mário Soares, que «não gostou» que a televisão noticiasse a prisão de sindicalistas à porta de S. Bento para solicitar de novo uma audiência ao Primeiro-Ministro, o presidente da RTP Palma Ferreira «saneia» dois jornalistas de chelha de Redacção do Telegiornal (canal 1). Morre com 74 anos o presidente honorário do PSD, Nuno Rodrigues dos Santos. O secretário-geral do PCUS, Konstantin Tchernenko, realinha a disposição do seu país em estabelecer um diálogo honesto e construtivo visando elaborar acordos conformes ao princípio da igualdade e da segurança igual. O presidente Reagan, dos EUA, participará pessoalmente nas manobras militares «Global Shield 84», que constituem o ensaio de um «guia» para uma possível guerra nuclear global desencadeada pelo Pentágono. O Comité Militar de Regeneração que tomou o poder na Guiné-Conakri na passada terça-feira anuncia a nomeação do coronel Lansana Conté para presidente da República, bem como a constituição de um novo governo integrado por 25 militares e oito civis.

6 Sexta-feira

O PCP considera que «as falsas e hipócritas comemorações» governamentais do 25 de Abril constituem uma afronta a todos os democratas e patriotas e aos militares identificados com o 25 de Abril, designadamente aos que deram uma contribuição histórica para a conquista da liberdade pelo povo português. Prosseguem violentos combates entre unidades militares dos Camarões, opondo tropas leais ao presidente Paul Biya e unidades militares rebeldes. Cerca de 30 000 pessoas manifestam-se na capital hondurenha exigindo «maior liberdade e o fim da repressão». A nave espacial «Challenger» é lançada de Cabo Canaveral para tentar a primeira reparação de um satélite no Espaço.

7 Sábado

Milhares de reformados e pensionistas de Lisboa e Setúbal desfilam na «baixa» lisboeta, protestando contra a fome e a miséria espalhadas pelo Governo PS/PSD. O «Wall Street Journal», órgão da alta finança norte-americana, afirma que é a CIA que coordena e coloca as minas nos portos nicaraguenses. Um comunicado do MNE vietnamita informa que foram repelidos os regimentos de infantaria chineses que ontem atravessaram a fronteira sino-vietnamita na província de Langson (150 km a norte de Hanoi). As forças leais ao presidente Paul Biya anunciam a renúncia dos últimos focos golpistas na capital camaronesa.

8 Domingo

A V Conferência de Mulheres do Norte, realizada no Porto, decide convocar um tribunal de opinião pública para «denunciar, factualmente, todos os aspectos que envolvem no nosso país a violação dos direitos das crianças». A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços realizou este fim-de-semana o seu segundo congresso: na reunião estiveram presentes cerca de duas centenas de delegadas e foi decidida a continuação da luta pela defesa da semana inglesa no comércio e o reforço dos esforços pela contratação colectiva. Fracassa a primeira tentativa de recuperação de um satélite avariado pela tripulação do transportador espacial «Challenger».

9 Segunda-feira



Carlos Costa, da CP e do Secretariado do CC do PCP, denuncia em Vila Nova de Gaia a submissão ao imperialismo do Governo PS/PSD, durante o encerramento da Assembleia Concelhia de Gaia do PCP. Uma delegação de organizações representativas dos trabalhadores do distrito de Setúbal volta a S. Bento junto à residência oficial do Primeiro-Ministro para lhe solicitar de novo uma audiência. A Nicarágua queixa-se no Tribunal Internacional de Haia das acções de minagem levadas a cabo pelos norte-americanos nos portos do país. Uma reunião de sindicalistas chilenos em Santiago do Chile decide a criação do movimento sindical de unidade chileno.

10 Terça-feira

O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais de Lisboa divulga que as vendas, no primeiro trimestre, caíram 80%; uma jornada de protesto contra esta situação irá realizar-se no próximo domingo. Bancários protestam, em concentração em Lisboa, contra a proposta de Contrato Colectivo de Trabalho Vertical apresentada pelo Governo. Trabalhadores de Setúbal marcham sobre Almada contra o não pagamento de salários. Mais um submarino nuclear no Tejo, o «Sceptre», britânico. Segunda greve geral na Bélgica, no prazo de uma semana. Protestos nos Estados Unidos contra a minagem dos portos da Nicarágua. PCUS aprovou uma resolução «sobre o aperfeiçoamento do trabalho dos soviéticos de deputados do povo». Primeiro-ministro do Peru demitiu-se. Foi ele o responsável directo dos acordos com o FMI que conduziram a economia peruana a uma situação insustentável.

Editorial

DINÂMICA DE MASSAS NA LUTA POLÍTICA

No fluxo dos acontecimentos das últimas semanas o movimento popular de massas, na sua imensa riqueza de formas e com uma notável pujança política, afirmou-se de maneira crescente como elemento determinante da evolução da situação política portuguesa na fase actual.

A resposta da classe operária à intensificação da guerra social contra os trabalhadores, assumida pelo Governo Soares/Mota Pinto como frente principal da sua ofensiva fascizante contra as conquistas fundamentais de Abril, é a manifestação mais expressiva e típica da resistência popular à política antinacional da coligação governante.

Esta resposta de classe da parte mais combativa e esclarecida da população portuguesa não é um fenómeno isolado. Integra-se num vasto conjunto de acções de natureza social muito diversa, de classes, camadas e sectores dos mais representativos da democracia portuguesa, todos duramente atingidos pela política antipovo e antidemocrática da clique governante.

O dinamismo e amplitude do movimento popular de massas traduzem visivelmente o isolamento e a redução da base social de apoio do Governo PS/PSD e estão operando um sensível deslocamento de forças a favor de uma alternativa democrática de política e de governo, revelando neste X Aniversário da Revolução de Abril que o Povo português vive e tem possibilidades de defender vitoriosamente as suas conquistas democráticas.

Só por miopia ou completa cegueira política os activos obreiros da recuperação capitalista, latifundista e imperialista entrenchados no Governo podem pensar que poderão levar avante os seus intentos de destruição das conquistas de Abril, de levar até às últimas consequências a sua política de desastre.

A luta do Povo português pelos seus direitos e interesses primordiais está erguendo obstáculos intransponíveis a essa calamitosa obra de destruição, está obrigando a paragens e recuos na ofensiva contra-revolucionária, está abrindo com determinação o caminho a uma solução democrática e patriótica da crise que flagela o País.

Basta passar os olhos pelo impressionante acervo de lutas e acções que na nossa primeira página publicamos, basta reflectir no seu significado profundo e disso tirar as necessárias conclusões políticas para compreender que os intentos da clique Soares/Mota Pinto estão condenados à derrota e que o Governo tem os dias contados.

O agravamento das condições de vida do povo, da crise económica, da submissão ao imperialismo e da completa alienação da independência nacional são impostos com o recurso à repressão, às medidas fascizantes, à violação descarada e constante da legalidade democrática.

Só a tenaz resistência popular impediu a concretização dos novos aumentos de artigos e serviços de primeira necessidade que já estavam programados pelo Governo Soares/Mota Pinto.

A luta da classe operária, dos trabalhadores da cidade e do campo, das mulheres, dos jovens, dos reformados,

dos próprios pequenos e médios comerciantes, tem sustado até agora a subida dos preços do pão, do leite, dos transportes, dos combustíveis, das rendas de casa. Mas, num grande conjunto de outros artigos de grande consumo, o panorama é o da constante alta dos preços, da desenfreada especulação dos grandes intermediários no comércio alimentar e da completa ausência de medidas governamentais para lhe pôr cobro.

Temeroso do vigor do movimento de massas e da inevitável resistência popular aos seus intentos o Governo viu-se forçado a adiar os previstos aumentos, veio a público negar propósitos e decisões governativas que eram já do domínio público. Mas logo no dia seguinte, como vulgares embusteiros de feira, os governantes subiram de 25% o preço dos tabacos.

O Governo espera momentos mais oportunos para proceder aos aumentos já decididos. A vigilância popular deve estar desperta e a resposta importa que seja enérgica e pronta se tais propósitos se materializarem.

A luta organizada, firme e decidida dos trabalhadores e do povo é a única forma de deitar por terra as intenções do Governo.

As importantes lutas do mês de Março e dos primeiros dias de Abril atingiram uma escala e um nível de combatividade invulgares.

Assegurar a sua continuidade e intensificação, fazê-la incidir nas grandes decisões políticas da hora actual é a tarefa mais exigente e imediata do movimento popular e democrático.

As lutas pelo pagamento dos salários em atraso, contra o desemprego e pela defesa dos postos de trabalho, pela rápida actualização da contratação colectiva, contra o aumento do custo de vida, mobilizaram nas últimas semanas centenas de milhares de trabalhadores.

As manifestações, concentrações e vigílias, marchas da fome e outras acções sob formas de luta que adquiriram decisiva expressão política na luta da classe operária contra o Governo Soares/Mota Pinto.

Uma expressão política particular assumiu a resposta de massas às detenções de dirigentes e delegados sindicais frente à residência do Primeiro-Ministro.

Mário Soares mostrou as suas verdadeiras concepções de «concertação social» ao ordenar o uso da martra, das detenções e dos procedimentos judiciais discriminatórios contra trabalhadores que com ele apenas queriam dialogar para a solução dos seus agudos problemas.

Agricultores, pequenos e médios comerciantes e industriais lutam com determinação crescente contra o esbulhamento, a ruína, as falências, a falta de apoios, de pagamentos de subsídios, de preços justos à produção, de créditos.

A combatividade dessas lutas é significativa do grau de descontentamento destas camadas da população cada vez mais descrentes de qualquer melhoria da situação por iniciativa do Governo.

As ocupações, os cortes de vias de comunicação, os desfiles com tractores acentuam o divórcio crescente entre estes vastos sectores sociais e a clique governante,

denotam a maturidade e radicalização política nestas camadas da população.

Enquanto os pequenos e médios produtores e comerciantes exigem medidas que travem o caminho do desastre, Mário Soares faz acenos amistosos aos antigos monopolistas, promete-lhes novas medidas contra os salários e os direitos ao trabalho e ao emprego, prepara a entrega das principais empresas e sectores produtivos e do decisivo sector bancário, dos recursos do País, às grandes multinacionais.

No encontro de S. João da Madeira, o Primeiro-Ministro, acenava blandicioso aos grandes industriais do Norte com várias benesses (novas leis laborais, baixa das taxas de juro lá para o segundo semestre do ano, etc.).

Mário Soares com este aceno procura ocultar a quebra do crédito, da produção, das vendas que atingem níveis alarmantes.

Só em Setembro o tecto estabelecido para os limites do crédito nem sequer foi atingido em mais de 9 milhões de contos; a recessão e a estagnação da produção paralisam actividades, produzem falências em série, ao mesmo tempo que, como o Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes denuncia, se verifica uma quebra de 80% nas vendas em Fevereiro deste ano relativamente ao mesmo mês do ano passado.

Mário Soares & C.ª transferem a patacos para os grandes capitalistas portugueses e para os grandes monopólios multinacionais dos Estados Unidos, RFA e outros, as empresas, riquezas e recursos do trabalho nacional mas aos pequenos e médios comerciantes e industriais portugueses passa-lhes a ruína, a descapitalização, a falência.

Tendo desencadeado uma raivosa ofensiva contra o Poder Local democrático, o Governo Soares/Mota Pinto atinge igualmente os interesses dos trabalhadores das autarquias locais, projectando lançar para o desemprego milhares de trabalhadores.

O Governo, ao mesmo tempo que publica o novo pacote autárquico que condena ao estrangulamento financeiro e ao aniquilamento prático o funcionamento democrático das autarquias locais, activa simultaneamente a desestabilização interna das próprias autarquias que não domina para tentar colocar sob o controlo da direita as posições do Poder Local democrático.

As grandiosas manifestações dos trabalhadores das autarquias locais mostra como esta política encontra crescente resistência popular.

A relação das lutas que publicamos neste número do «Avante!», o seu significado real, a sua expressão política são reveladores de uma dinâmica que pode levar com segurança a uma urgente e necessária mudança de política e de governo.

As comemorações democráticas do 25 de Abril — que o Governo quer desnaturalizar e mesmo obstaculizar — devem constituir uma outra resposta política de massas que conduza a uma urgente solução democrática e nacional da crise, à demissão da clique de Soares/Mota Pinto, a uma alternativa democrática de governo e de política que resolva os problemas nacionais e possa continuar Abril.

As comemorações do 25 de Abril

O 25 de Abril — que já começou a comemorar-se por todo o País —, longe das cerimónias oficiais que mais lembram o 24 de Abril e outros tempos, não se coloca à margem. É no seio de organizações populares, de autarquias democráticas, de organismos unitários que se recorda uma revolução acontecida há dez anos e que, apesar das ofensivas a que tem estado sujeita, continua de pé. Não só na memória mas nas conquistas que se defendem. E as comemorações populares de que nos chegam notícias são, como sempre, oportunidade e pretexto de olhar para o futuro. Aqui deixamos hoje uma lista, muito incompleta, do que se prepara e se realiza, de Norte a Sul.

• **URAP** — A União dos Residentes Antifascistas Portugueses leva a efeito, no dia 16, às 21.30, na «Voz do Operário», uma sessão que será presidida pelo professor Rui Luís Gomes e que contará com a participação do professor Henrique de Barros, do embaixador Mário Neves, do dr. Pereira Santos, de Maria Antónia Fialheiro e de Margarida Tengerinha.

• **Sindicatos de Santarém** — A União dos Sindicatos do distrito em comunicado divulga em que chama a atenção para o alto valor histórico das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, assinala que em vários concelhos de Santarém se encontram previstas muitas iniciativas, desportivas, culturais e outras. Na capital do distrito participaram personalidades como Vasco Lourenço, Maria de Lurdes Pintasilgo e outros.

• **Poesia de Abril** — Sob este lema realiza-se no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, um debate integrado nas comemorações do X Aniversário da Revolução. Haverá ainda um recital com a participação de Fernanda Montemor, José Carlos Gonzalez e Morais e Castro. A sessão tem lugar às 21 horas de hoje.

• **Leiria** — Cerca de 80 personalidades dirigiram ao povo do Distrito de Leiria um manifesto sobre as comemorações do 25 de Abril, no qual os signatários apelam a todos os democratas para que se constituam em comissões nos concelhos, freguesias e locais de trabalho, organizando as comemorações em todo o distrito.

• **Zeca Afonso** — No passado dia 7, o cantor José Afonso foi homenageado, no Barreiro, numa sessão que teve lugar na colectividade «Os Penicheiros».

• **Barreiro** — As autarquias do Barreiro vêm, desde os fins do mês passado, a organizar e a dinamizar as comemorações de Abril, que tiveram início em «Os Penicheiros» numa sessão em que participou o presidente da Câmara. A Junta de Freguesia de Santo André divulgou entretanto um extenso calendário de iniciativas desportivas e culturais que culminarão, no dia 25, com uma manhã infantil e a feitura de um mural alusivo. Autarquias, colectividades, organizações populares, comissões de trabalhadores e de moradores, associações diversas e sindicatos, divulgaram um manifesto conjunto sobre o significado da data que se comemora.

• **Emigrantes RFA** — Emigrantes portugueses da área de Mindem, RFA, festejam o 25 de Abril no próximo dia 23, numa tarde de convívio que tem início às 15 horas na casa da DGB, Confederação dos Sindicatos Alemães.

• **Amelcoeira e Charneca** — Em ambas estas freguesias de

Lisboa, as comemorações já se iniciaram no passado domingo, com desporto e cinema.

• **Lumiar** — Colóquios, piquenique, feitura de um mural, assinalam como primeiras iniciativas nesta freguesia, o recordar de Abril. No próximo dia 29 haverá um almoço de confraternização, organizado por uma comissão promotora em que participam operários, empregados e intelectuais.

• **Moita** — A Assembleia Municipal do Concelho da Moita publicou um manifesto dirigido à população, exortando-a a apoiar, em unidade, as comemorações de Abril, sublinhando os ataques que os direitos conquistados têm sofrido, neste «período de grandes dificuldades».

• **Viseu** — Uma Comissão Organizadora, que conta com a participação de grupos desportivos, de associações de estudantes e de sindicatos, comissão aberta a todos os democratas, prepara um programa de comemorações de que constarão colóquios, provas desportivas e um espectáculo popular.

• **Vila Franca** — A 9.ª Esfada da Liberdade vai realizar-se em Vila Franca de Xira, no próprio dia 25, com início às 10 horas. As inscrições — gratuitas — estão abertas até ao dia 23 e podem ser feitas na Câmara Municipal ou nas Juntas de Freguesia. O lema da Esfada é «25 de Abril — 10 anos de Liberdade e Paz».

• **Sintra** — Um manifesto, assinado por numeroso grupo de democratas, apelando à população para que participe nas comemorações de Abril, foi publicado em Sintra, anunciando o apoio à realização de um almoço de confraternização marcado para o próximo domingo.

• **Venda Nova — Falagueira** — A Junta de Freguesia de Venda Nova-Falagueira anuncia um vasto programa de actividades integradas na comemoração do aniversário do 25 de Abril. Teatro, colóquios, cinema, exposições, torneios de jogos e de desporto, para além de iniciativas dedicadas às crianças começaram já em Março, encerrando-se as comemorações no dia 28 com um grande espectáculo popular em frente à Junta de Freguesia.

• **Buraca** — Também nesta freguesia se apresenta um amplo e variado programa de actividades integradas nas comemorações. Para além da

Junta de Freguesia, são organizações participantes clubes desportivos e associações de moradores, escolas primárias, grupos culturais e civicos.

• **Venteira** — O desporto tem também aqui lugar de relevo, para além de outras iniciativas de carácter cultural e cívico. Grupos desportivos, associações culturais e a Igreja paroquial juntam-se às autarquias para comemorar Abril.

• **Alpiarça** — Aqui as comemorações também já começaram, logo no primeiro dia do mês. Actividades desportivas, actividades para crianças, desfiles e bailes. No dia 25, o momento alto, com a chegada de um desfile e concentração no Largo da Casa do Povo e intervenções de um militar de Abril e de representantes de cooperativas, de sindicatos, de colectividades e da Câmara.

• **Coimbra** — A Comissão Promotora das Comemorações, que reúne 46 estruturas sociais, recreativas, culturais e sindicais, a que se juntaram a Reitoria da Universidade, o Comando da Região Militar Centro e a União dos Sindicatos de Coimbra, já conta com um programa provisório: no dia 24, na Praça Velha, vai haver arraial popular, teatro e canto livre. No dia seguinte, Marcha da Liberdade a começar às 10 da manhã, da Praça 8 de Maio até ao Estádio Universitário. Depois, há actividades desportivas, de tarde um desfile popular e, no Parque da Cidade, actividades infantis, espectáculos e ranchos.

• **Sarnadas de Ródão** — «Será que os membros da Junta de Freguesia se esqueceram de que se não fosse o 25 de Abril não teriam sido eleitos pelo povo de Sarnadas?», pergunta um comunicado assinado pela Comissão Coordenadora da APU, apelando à participação numa manifestação marcada para 25 de Abril.

• **Pioneiros — Loures** — Os Pioneiros de Portugal do Concelho de Loures também vão dar a sua contribuição para as comemorações. No próximo sábado organizam uma excursão a Grândola, e na vila morena serão recebidos pelos seus amigos do núcleo local dos Pioneiros. Haverá convívio e visita à cidade. O transporte é cedido pela Câmara de Loures.

• **Amizade** — As Associações de Amizade de Portugal com países socialistas — Bulgária, Checoslováquia, Cuba, RDA e URSS — decidi-

ram comemorar em conjunto o X aniversário das suas fundações sob o lema «O 25 de Abril e a Abertura de Portugal ao Mundo». A comemoração terá lugar no dia 16, na Casa do ALENTEJO e constará de uma sessão solene, às 21 horas, à qual se segue um recital de poesia.

• **Alenquer** — No próximo domingo realiza-se na Abrigada, por iniciativa da respectiva Comissão de Freguesia do PCP, um almoço-convívio aberto a toda a população. No final haverá uma intervenção de um camarada do Comité Central.

• **Caldas da Rainha** — Coordenadas pela Junta de Freguesia das Caldas e patrocinadas pela Câmara, realizam-se na cidade várias iniciativas comemorativas — uma exposição, um espectáculo musical, um concerto, cinema e baillado.

• **Laranjeiro** — No sábado, às 21 horas, a Comissão de Moradores do Laranjeiro organiza um colóquio sobre os dez anos passados após o 25 de



Abril, em que participa Ronaldo Fonseca.

• **Cova da Piedade** — Às 15 horas de domingo, no CT da Cova da Piedade, realiza-se um colóquio sobre o aniversário do 25 de Abril, com a participação de Leonardo de Freitas, da Comissão Concelhia de Almada.



«Como antigo prisioneiro antifascista a quem o 25 de Abril libertou, estou certo de interpretar o sentir de todos os que, nesse dia radioso, depois de longos anos de reclusão, puderam aquecer-se ao sol da liberdade, ao manifestar aqui, diante de um dos bastiões mais sinistros da máquina terrorista do fascismo e na pessoa de vários dos mais lídimo capitães de Abril aqui presentes, o nosso profundo reconhecimento.» Estas foram algumas palavras do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP, proferidas por ocasião do desceramento de uma lápide no Aljube. Na cerimónia, integrada nas comemorações democráticas da Revolução de Abril, assistiram muitos antifascistas e personalidades destacadas da vida democrática portuguesa. Depois de recordar que de novo se acendem na sociedade portuguesa ameaças contra a democracia e a liberdade, Dias Lourenço afirmou: «O Povo português não quer que a sua História volte atrás. Dará a resposta necessária a tais intentos. Abril é e será de todos os portugueses. As instituições democráticas têm em si potencialidades inesgotáveis. A democracia triunfará!»

edições **Avante!**

POVO LUTA CULTURA

daqui partimos
para as nossas iniciativas editoriais

Até amanhã camaradas
Manuel Tiago
Obras completas de
SÓEIRO PEREIRA GOMES

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 23 - 1000 Lisboa Tel. 779828/779825/769751

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372238

Alcargova de Évora: Rua do Século, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 633508/699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terrado da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28304

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57.4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda S.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa Tel. 776936/776750

Porto - Rua do Almada, 18.2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Hésica Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Março: 45 750

Nacional

DIA A DIA E DE NORTE A SUL CONTRA A POLÍTICA DO GOVERNO A LUTA CONTINUA!

1 de Março

- Mais de meio milhar de agricultores dos concelhos de Paços de Ferreira, Amarante e Santo Tirso reclamam a imediata reabertura das feiras de gado, em plenários promovidos pela ALAN.
- «Cégada» dos estudantes da escola António Arroio, que termina no ME; em causa problemas do Ensino.
- Alpedrinha protesta contra encerramento da estação da CP.



• Jornada nacional de luta em defesa do sector público — paralisações em dezenas de empresas, envolvendo mais de 250 000 trabalhadores de 17 sectores de actividades, plenários e concentrações nas mais de 70 empresas públicas, nacionalizadas e participadas — particular incidência nas regiões de Setúbal, Lisboa, Porto, Leiria, Coimbra e Aveiro.

2 de Março

- Reforma Agrária desencadeia jornada de luta: milhares de trabalhadores agrícolas e desempregados do distrito de Beja desfilam pelas ruas da cidade; concentrações em Alpiarça e Coruche; delegação das unidades cooperativas de Portalegre expõem à população e departamentos governamentais da região a situação em que se encontra a RA e a agricultura em geral; comício em Évora — mais de 10 000 pessoas concentradas, ocupando por algum tempo as instalações do ex-Grémio da Lavoura e repartição de Finanças, com entrega de memorando exigindo acerto de contas entre o Estado e as unidades cooperativas; distribuição de documentos à população nos vários concelhos do distrito; corte de trânsito de cerca de 45 m em Montemor-o-Novo e Arraiolos.
- Trabalhadores da CIVE (Marinha Grande) vão a Leiria reclamar os salários; PSP tenta expulsá-los da delegação do MT.
- Porto: trabalhadores da Jotocar concentram-se frente à empresa contra aplicação do «lay-off».
- Barcelos: trabalhadores da Companhia Editora Minho em greve há 13 dias por aumentos salariais e direitos contratuais.

6 de Março

- Trabalhadores sem salários ocupam a Gelmar (resolução aprovada em plenário de 2 de Março) até ao dia oito.

8 de Março

- Concentrações em Lisboa e Porto contra o aumento do custo de vida, a assinalar o Dia Internacional da Mulher.

9 de Março

- Paralisação espontânea dos trabalhadores da Tercem — Coimbra contra salários em atraso.
- Paralisação na Eurofil e corte de trânsito na EN n.º 10 por um período de 15 m para distribuição de comunicados — contra salários em atraso.
- Paralisação dias 8 e 9 dos trabalhadores de «A Eléctrica» — Famalicão» por uma nova tabela salarial.
- Amadora: concentração de protesto contra a política do actual executivo, integrada nas comemorações do Dia Internacional da Mulher.

10 de Março

- Encontro Nacional de Transportes e Poder Local, em Almada, exigindo revogação da taxa de transportes.
- Talhantes de Ilhavo não fornecem carne, como protesto contra o encerramento no início do mês do matadouro municipal, na Gafanha, por decisão da JPP.

12 de Março

- Continua a luta na Gráfica do Minho, com uma adesão de 75%.

13 de Março



- Na Sorefame, plenário permanente e vigília no início do dia 13, prolongando-se para o dia 14 com ocupação das instalações, não deixando os trabalhadores sair nenhum carro da empresa.

Se se ficar pela leitura de certos jornais, se se ficar pela audição da rádio ou pela imagem da televisão até parece que o país emudeceu, que aceita agradecido os «sacrifícios» para «resolver» a crise. Que, desesperançado, já deixou de lutar.

Quem trabalha, porém, sabe que participa na manifestação, na greve, na luta, em defesa do seu pão, do seu emprego, do direito ao salário, das conquistas de Abril. Sabe que participa e vê que os companheiros de trabalho participam. Mas a informação veneradora e amordaçada pelo Governo PS/PSD não lhe dá a amplitude das lutas pelo País fora, não dá a extensão do amplo movimento de protesto que exige uma nova política, um novo governo capaz de aplicá-la defendendo a democracia e a soberania nacional. Ignora o largo movimento que mostra frontalmente o seu desacordo com esta política e com este governo que pretende voltar ao passado e entregar o País aos antigos senhores nacionais e estrangeiros.

Esse grande movimento que alastra e se fortalece é, porém, bem real. Se não, deitamos uma breve vista de olhos pelas lutas que, de 1 de Março até ao princípio da semana se desenrolaram de Norte a Sul do País. De duas coisas podemos estar certos: é que nem aqui as referimos a todas, nem elas vão parar. Pelo contrário. Novas camadas do povo, atingido fortemente pela política reaccionária da coligação no Poder, se juntarão aos que já elevam o seu protesto.

14 de Março

- Banca e Seguros comemoram aniversário da nacionalização com uma jornada de luta — concentração no Rossio e desfile até ao Palácio de S. Bento.



- Polícia de choque reprime trabalhadores da Sorefame que se dirigiam da estação de Caminho de Ferro do Rossio ao IPE, para serem recebidos pela comissão administrativa.

16 de Março

- Paralisação e concentração na Amadora contra repressão sobre trabalhadores da Sorefame.
- Greves na Transtejo, Metro e CP por aumentos salariais justos, pela manutenção de regalias sociais e contra a intransigência negocial do Governo e conselhos de gerência.

19 de Março

- Concentração de todas as regiões agrícolas do País junto à presidência do Conselho de Ministros, com a presença de mais de 5000 agricultores mobilizados pela CNA exigindo soluções para a lavoura.
- Concentração na Graça (Lisboa) de cerca de 200 moradores contra supressão de eléctricos na zona.

21 de Março

- Ilegalidades no Banco Totta e Açores motivam recurso por parte de representantes dos trabalhadores à Alta Autoridade Contra a Corrupção.



- Manifestação de vidreiros da Marinha Grande que se dirigia ao Governo Civil de Leiria é reprimida violentamente pela polícia de choque.
- Mineiros vêm a Lisboa em luta por melhores condições nos locais de trabalho.

22 de Março

- Marchas e paralisações dos trabalhadores da Lisnave, Parry e Son, CPP e SRN pelas ruas de Almada contra decisão do conselho de administração de extinguir a CPP, com provocações da polícia de choque.

23 de Março

- Marchas de protesto dos desempregados do sector agrícola de Beja e Portalegre contra o desemprego, pelo direito ao trabalho, contra as herdades abandonadas e pelo prosseguimento das obras da barragem do Alqueva.
- Muitas dezenas de operárias conserveiras sem salários vão à Câmara de Matosinhos para sensibilizar a vereação aos seus problemas.

24 de Março

- Marchas de protesto em todo o País, no Dia do Estudante, contra situação degradada no ensino e pela demissão do ministro Seabra.
- Concentração de mulheres de desempregados do distrito de Portalegre junto ao Governo Civil exigindo trabalho e protestando contra a política do actual Governo.

26 de Março

- Trabalhadores da Companhia Editora do Minho retomam a greve, no seu 20.º dia.
- Suinicultores bloqueiam, em Rio Maior, descarga de carne de porco importada.



- Mais de meia centena de dirigentes sindicais do distrito de Setúbal são presos quando aguardavam junto à residência oficial do 1.º Ministro resposta aos seus sucessivos pedidos de audiência.

27 de Março

- Presos mais 62 dirigentes sindicais quando esperavam junto à residência oficial do 1.º Ministro resposta a pedidos de audiência.
- Suinicultores continuam em Rio Maior no intuito de impedirem a descarga de carne de porco importada.

28 de Março

- Presos mais 52 sindicalistas à porta da residência oficial do 1.º Ministro, pedindo uma entrevista a Mário Soares.
- Plenário da CGTP-IN decide intensificar a luta e envia uma delegação à residência oficial do 1.º Ministro encabeçada pelos membros da Comissão Executiva, desfilando da Praça de Espanha até S. Bento para solicitar mais uma audiência a Mário Soares, para a não concedeu nem marcou.

29 de Março

- Trabalhadores da EP «Notícias/Capital», reunidos em plenário, rejeitam despacho do Governo.
- Vigília de dezenas de dirigentes e delegados sindicais e membros de CT's do distrito de Leiria a sensibilizar a opinião pública para o não pagamento de salários, o desemprego e a repressão.
- Mais 57 sindicalistas são detidos à porta de Mário Soares (num total de 222 activistas sindicais com ordem de prisão em quatro dias).

30 de Março

- Manifestação nacional de professores pede demissão do ministro Seabra, mudança da política de Educação e o reforço do orçamento para a Educação.



- Trabalhadores agrícolas do distrito de Setúbal chegam à capital distrital depois de dois dias de marcha contra a fome e em defesa dos postos de trabalho.

31 de Março

- Mais 63 sindicalistas detidos à porta de Mário Soares, entre os quais o coordenador da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, Armando Teixeira da Silva.
- Os trabalhadores da Companhia de Seguros «Tranquilidade» enviam aos diversos órgãos de soberania um abaixo-assinado repudiando a brutal carga policial sobre os trabalhadores da Sorefame.

2 de Abril

- Livros e recibos dos serviços municipalizados de água de Guimarães são queimados por centenas de populares em Vizela, quando três funcionários ali aparceram para proceder à cobrança dos consumos. Os trabalhadores não foram molestados e regressaram de imediato a Guimarães.



- Mais de 20 000 trabalhadores do distrito de Setúbal desfilam em Lisboa e concentram-se em S. Bento, onde repudiam as prisões de sindicalistas à porta do 1.º Ministro e insistem na marcação de uma audiência; entretanto no Tribunal de Polícia, vigiado pela polícia de choque, começa o julgamento dos primeiros 50 dos 285 activistas sindicais detidos à porta da residência oficial do 1.º Ministro Mário Soares.

3 de Abril

- O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte denuncia o clima de repressão de que estão a ser alvo os trabalhadores da Descoberta.
- Um grupo de cristãos do distrito de Setúbal exorta os cristãos da sua área a jejuarem a pão e água na sexta-feira santa, durante 24 horas, como sinal de solidariedade para com os trabalhadores sem salários e desempregados do distrito.

4 de Abril

- Concentração de milhares de trabalhadores da Administração Local em cinco cidades do país — Lisboa, Porto, Coimbra, Castelo Branco e Faro — contra o «pacote autárquico» que obriga ao despedimento de milhares de trabalhadores.

5 de Abril

- Semana de Luta na Siderurgia Nacional no seu 3.º dia de concentrações em Lisboa e Porto, acompanhadas de greves pela revisão prevista no acordo da empresa.
- Paralisação do Metropolitano.

6 de Abril

- Greve de dois dias na Universidade dos Açores de protesto contra o deficiente funcionamento dos Serviços Sociais.

7 de Abril

- Marcha de reformados de Lisboa e Setúbal contra a fome e a miséria.



- Desfile de protesto promovido por organizações juvenis de Lisboa e Setúbal contra o desemprego e o mau sistema de Ensino.

8 de Abril

- A V Conferência das Mulheres do Norte, realizada no Porto, decide convocar um tribunal de opinião pública para «denunciar, factualmente, todos os aspectos que envolvem, no nosso país, a violação dos direitos das crianças. Entre as situações denunciadas figuram o aumento da taxa de mortalidade infantil, o aprofundamento das desigualdades sociais na escola e a mão-de-obra infantil.
- A Federação das União e Ligas dos Agricultores do Baixo Mondego promove em Cadima, Cantanhede, a primeira de uma série de reuniões previstas com os homens do campo da região com o objectivo de analisar a ruína da lavoura e programar as medidas a desenvolver.

9 de Abril

- Uma delegação de organizações representativas dos trabalhadores do distrito de Setúbal volta a S. Bento junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, para exigir que Mário Soares discuta com a União dos Sindicatos a situação social no distrito, especialmente a questão dos salários em atraso. Entretanto continua no Tribunal de Polícia o julgamento de 48 sindicalistas detidos naquele local há duas semanas quando apresentavam a mesma exigência.
- A população de Canas de Senhorim inicia um processo de avaliação dos gastos na instalação de contadores domiciliários de água, depois de em plenário ter decidido não pagar as contas apresentadas pela Câmara de Nelas; este caso reacende a luta pela restauração do município de Canas de Senhorim, extinto há 100 anos.

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES

Condições de Vila Nova de Gaia

Antecipadas as perspectivas de desenvolvimento do Partido

no passado, a Assembleia da Concelhia de Vila Nova de Gaia, com a presença de 280 delegados das organizações de células de 300 convidados.

o quarto dos eleitores em população e eleitores, a sua importância.

realizou-se por isso os camaradas e apontar para o desenvolvimento da organização.

estruturadas e por seu intermédio a ligação real dos militantes, dando atenção às tarefas — é uma das tarefas que se propõem.

Criar uma comissão de trabalho autárquico e uma comissão de trabalho sindical, são outras tarefas importantes.

que na sessão de encerramento, afirmaria o camarada Carlos Costa:

Na guerra social declarada pelo Governo Soares/Mota Pinto contra os trabalhadores, a repressão e a alienação da independência nacional são duas faces interligadas do processo contra-revolucionário, liderado e comandado por Mário Soares.

Intervenção de Carlos Costa

No decorrer da sua intervenção, afirmou o camarada Carlos Costa:

Na guerra social declarada pelo Governo Soares/Mota Pinto contra os trabalhadores, a repressão e a alienação da independência nacional são duas faces interligadas do processo contra-revolucionário, liderado e comandado por Mário Soares.

É sintomático que após os compromissos e acordos de Soares com Reagan, com o Pentágono, com os «Rockefellers» e com os «Carluccis» da CIA, o Governo se apresse a fazer passar na AR três novos serviços de Informação, a já chamada «Lei da Bufaria» e que o Ministro das Polícias Eduardo Pereira leia elogios rasgados ao Corpo de Intervenção da PSP (criado pelo PS em 76), pelas suas recentes acções, assim como à GNR pela sua intervenção na «designada» Reforma Agrária (como se vê, o ministro fala da Reforma Agrária não como quem respeita e tem obrigação de respeitar a Constituição da República, mas como qualquer agrário de mentalidade fascista) e em «graves conflitos sociais».

É igualmente sintomático, escandaloso e inadmissível que na assinatura do acordo entre o Governo PS/PSD e a administração Reagan, para a instalação em Portugal de uma estação de rastreio de mísseis e satélites, dependentes das forças armadas norte-americanas — o que converte Portugal num alvo privilegiado, atentando

do contra a segurança e a tranquilidade dos portugueses — o ministro Jaime Gama não tenha hesitado em situar tal acordo no quadro da «gestão da soberania nacional», como se a soberania, a independência e a dignidade nacional fossem objecto de leilão, alienação ou gestão...

Por isso é com todo o avontade que o embaixador dos EUA, interferindo descaradamente na política portuguesa, afirma que o seu país apoia o programa «do actual Governo português que visa a liberalização das licenças de importação», que Veiga Simão anuncia um seminário em Nova Iorque sobre a indústria portuguesa, e que Mário Soares declara não se importar que o considere «o homem dos americanos». A falta de dignidade é total. Aliás, segundo uma revista americana, Mário Soares é o «tipo de socialista» de que Ronald Reagan gosta.

Submissão ao imperialismo que cada dia se acentua no plano político, no plano das concessões militares (facilidades nas Lajes, Porto Santo, Beja, estações de rastreio, passagem no Tejo de submarinos atómicos com ogivas nucleares, etc.), e no enfeudamento de toda a economia portuguesa.

São os planos de eucaliptação total do país, o abandono do Plano Siderúrgico Nacional, do projecto da beterraba sacarina e do Alqueva, a pretexto da adesão à CEE e de esta ter excedentes de açúcar, açúcares e produtos agrícolas e a concessão de alvarás a bancos estrangeiros, a concessão de empréstimos e avales escandalosos pela banca nacionalizada a sociedades que declaram querer constituir-se em bancos (Mello Deutgen Morgan, Sociedade Portuguesa de Investimentos), são os acordos para

que a firma de Carlucci (a Sears World Trade) negocie em Portugal, a entrega por Mário Soares a uma firma de avogados americanos do estudo do futuro «estatuto» do Investimento Estrangeiro em Portugal e a concessão à multinacional Dreyfus do transporte e importação de trigo e do transporte de carvão para a termoelétrica de Sines, o desmantelamento da AGA e a entrega do negócio do açúcar à Tate e Lyle, são as tentativas para fazer passar a «opção nuclear» e o negócio das centrais atómicas com a liquidação do nosso urânio, são os acordos com uma das maiores cadeias de armazéns dos EUA, a «Bloomingdale», para o seu eventual comércio e entregando ao estrangeiro os circuitos de comercialização e a ofensiva contra o sector dos transportes (concessão e exploração dos terminais internacionais rodoviários a empresas privadas, nacionais e estrangeiras, a abertura ao controlo do transporte rodoviário internacional pela «Tertir», entrega do terminal de Alcântara, um dos melhores do porto de Lisboa, a privados nacionais e multinacionais, a degradação criminosa da marinha mercante e entrega do afretamento a estrangeiros, etc. etc.).

Al longo da nossa História, sempre os vendilhões da Pátria foram os muito ricos e os seus lacaios. Perante a política deste Governo é urgente que todos os patriotas se interroguem: que soberania nos resta? Já não é, nem de longe, a que reconstituímos em 1974 e detínhamos em 1975. É, portanto, imperativo, acabar com o Governo de Mário Soares/Mota Pinto, que provoca a miséria do povo, a ruína da economia e atenta de modo fascizante contra as liberdades, a soberania e a independência nacional.



Região Autónoma dos Açores

Sábado e domingo em Ponta Delgada

A II Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP realiza-se a 14 e 15 de Abril próximos na Escola Secundária de Domingos Rebelo, em Ponta Delgada. Igualmente nesse estabelecimento de ensino terá lugar

à sessão pública de encerramento, às 19 horas de domingo, dia 15, incluindo um espectáculo musical a cargo de Fernando Tordo.

A DORAA do PCP dirigiu convites a diversas forças políticas e sociais, entidades oficiais, directores de

• O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participará nos trabalhos da 2.ª Assembleia dos comunistas da Região Autónoma dos Açores

órgãos da Comunicação Social e personalidades diversas, para assistirem ao desenrolar dos trabalhos. Estarão igualmente presentes representantes da Comissão Política do Comité Central do PCP, da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira (DORAM) do PCP, da Comissão Central da Juventude Comunista (JCP), do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República e da representação parlamentar do PCP na Assembleia Regional da Madeira.

Os trabalhos, com excepção da 5.ª sessão (eleição da DORAA) podem ser seguidos pelos órgãos da Comunicação Social e pelos convidados — informa a organização.

Os serviços de apoio à assembleia estarão devidamente preparados para facilitar o trabalho dos jornalistas e outros trabalhadores da comunicação social presentes. O órgão central do PCP acompanhará com um enviado especial a importante Assembleia dos comunistas açorianos.

Tendo por base a discussão do documento «com os trabalhadores, com o Povo — para um amanhã, melhores Açores» e a eleição dos cento e dez delegados, a preparação da II Assembleia dos comunistas açorianos tem congregado os esforços de centenas de militantes comunistas e outros trabalhadores democratas.

Concelhias de Portimão e Lagos

Um largo conjunto de reuniões está a assinalar a actividade preparatória de duas importantes Assembleias do Partido no Algarve: falamos das organizações concelhias de Portimão e Lagos.

Como refere o «Avante!» a SIP da DORAL, essas reuniões preparatórias têm em vista aprofundar o

estudo dos problemas económicos, sociais e culturais dos respectivos concelhos, e também a análise e discussão das questões orgânicas e da actividade do Partido.

As Assembleias dos comunistas dos concelhos de Portimão e Lagos estão marcadas para o mês de Junho.

Concelhia da Figueira da Foz

Com a participação de 87 delegados e meia centena de convidados, decorreu recentemente em Buarcos a 3.ª Assembleia da Organização Concelhia do PCP da Figueira da Foz (distrito de Coimbra).

No decorrer dos seus trabalhos, que contaram também com a presença das camaradas do Comité Central Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado, e Vasco Paiva, a Assembleia realizou um significativo balanço da situação que se vive no concelho, tanto ao nível político e social, como ao nível económico, registando e caracterizando as acções de massas dos últimos anos.

Particularmente em foco esteve a análise da política de recuperação capitalista e das suas consequências para o concelho e para a população: degradação das condições de vida, 1500 trabalhadores com salários em atraso num total de mais de 300 mil contos de dívidas do patronato.

A Assembleia, que decorreu em cinco sessões de trabalho, constatou ainda a crescente força do movimento operário e popular de massas no concelho capaz de dar firme resposta à política do Governo Soares/Mota Pinto.

Oeiras

Nas instalações do Centro de Trabalho da localidade, decorreu no passado dia 31 de Março a 3.ª Assembleia da Organização do Partido Comunista Português. Participaram nos trabalhos cerca de 80 pessoas, 50 dos quais delegados eleitos nas várias organizações do PCP nesta freguesia do distrito de Lisboa.

16 elementos: 7 operários, 6 empregados, 2 «vários» e um intelectual. Ao todo, fazem parte deste organismo de direcção 6 mulheres.

No decurso da Assembleia, foram também aprovadas três moções: sobre o 25 de Abril, sobre o custo de vida (repudiando a política do Governo em relação aos aumentos dos transportes, pão, rendas de casa, água, etc.) e sobre a repressão (repudiando as detenções de dirigentes sindicais e a vaga de repressão contra a justa luta dos trabalhadores).

No encerramento da Assembleia falou o camarada Fernando Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Célula da CDL

A Organização da Célula do PCP da Central Distribuidora Livreira — CDL leva a efeito no próximo dia 14 a realização da sua 1.ª Assembleia.

Segundo informação prestada pela SIP daquele organismo a Assembleia decorrerá no Centro de Trabalho de Alcântara e terá início às 14 e 30.



ORL Sector de Transportes tem encontro no Vitória

«Reforçar a organização do Partido no sector, defender as empresas e os trabalhadores, continuar Abril» — é sob este lema que decorrerá no próximo sábado, a partir das 10 horas, no Centro Vitória, o encontro de quadros do Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa do PCP, cujos trabalhos se prolongarão até cerca das 19 horas.

A propósito deste encontro, que contará com a participação do camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política e Secretariado do Comité Central e do Executivo do organismo de direcção do sector sublinha que «é necessário prosseguir incessantemente o reforço do Partido para fazer frente à ofensiva reacção do governo M. Soares/M. Pinto e impor uma alternativa democrática que leve Portugal a trilhar de novo os caminhos de Abril».

E conclui: «A par da intensa actividade da organização do Partido no Sector, na vanguarda da luta dos trabalhadores dos Transportes em luta por melhores condições de vida, pela defesa das suas empresas nacionalizadas e dos seus postos de trabalho, contra a política do governo, existem deficiências que é necessário superar para melhor estarmos à altura das nossas grandes responsabilidades.

«Devemos discutir e achar a forma de:

- Elevar o nosso estilo de trabalho e a disciplina partidária;
- Dinamizar a actividade de toda a estrutura do Partido, dando vida a todas as células e núcleos para que nos liguemos ainda mais aos Trabalhadores e nos tornemos ainda mais interventivos;
- Reforçar o papel dos secretários das células e dos núcleos e outros organismos dirigentes intermédios para que melhor desempenhem o papel que lhes cabe na dinamização do trabalho;
- Ajudar mais os Quadros a cumprir bem as suas por vezes difíceis tarefas;
- Elevar o papel dos militantes comunistas nas estruturas unitárias de trabalhadores para que melhor correspondam à confiança dos que os elegeram;
- Manter o contacto regular com todos os membros do Partido, elevando a sua consciência política e a sua militância, para que participem mais activamente na vida do Partido;
- Reforçar a presença e influência do Partido junto das massas e recrutar todos os trabalhadores que se revelem mais honestos, conscientes e combativos».

Por tudo isto se realiza o Encontro. Ao trabalho!

Organismo de Seguros de Lisboa

Abado na Academia de S. Amaro

zer o balanço da sua intervenção no sector, definir objectivos a atingir e eleger o novo organismo de direcção — é a «ordem de trabalhos» da 3.ª Assembleia da Organização dos trabalhadores comunistas dos Seguros de Lisboa, que decorrerá no próximo dia 14 (sábado), a partir das 9 horas, na Academia de S. Amaro.

A Assembleia efectua-se no momento extremamente difícil para os trabalhadores de seguros em consequência da nova sem limites que a acção de investigação governamental desencadeada contra o sector e a defesa nacionalizada — sentimentos que a organização do Partido jovem gerou em nota dirigida aos trabalhadores portugueses de seguros a propósito da realização da Assembleia a partir do lema «Resgatar o Partido. Defender as organizações. Garantir o trabalho».

norâmica da situação actual nessa importante área económica do País:

Iniciativas como a abertura do sector a novas companhias sem que ninguém reconheça a sua necessidade, projectos de alteração da lei do mediador que, ao contrário de corrigir os aspectos mais graves da lei, atentam contra os direitos dos trabalhadores de seguros e, mais recentemente, a disposição de integrar o ramo de Acidentes de Trabalho na Segurança Social, cuja concretização provocaria de imediato milhares de despedimentos inviabilizando as companhias e pondo em risco, a muito curto prazo, a sorte dos restantes trabalhadores, são acções que ilustram bem o projecto de destruição do sector que o Governo Soares/Mota Pinto pretende executar, na sua ânsia de recuperação capitalista, doando

a quem doer. Em rigor, pode-se afirmar que a política deste Governo não quer «saber de desgraças».

Entretanto, em agravamento da situação, insiste-se numa gestão de tipo ruinoso o que, afinal, nem surpreende considerando que as alterações produzidas pelas nomeações dos conselhos de gestão foram de simples fachada, em satisfação do clientelismo partidário.

Casos há de gestores que tentam escamotear as suas profundas responsabilidades no desequilíbrio das seguradoras através de campanhas demagógicas ou de diversão. Como exemplos, veja-se o caso do presidente do conselho de gestão da Fidelidade que, com frequência, insulta todos os trabalhadores através das suas irresponsáveis declarações aos órgãos de comunicação ou, ainda, o caso do presidente do conselho de gestão da Império que pretende surgir aos olhos dos trabalhadores da empresa como um «salvador» ocultando, deliberadamente, a sua larga quota-parte de responsabilidade nos resultados negativos que a companhia de onde transitou apresenta.

3 SEGUROS



Ao mesmo tempo, todos eles recebem chorudos retroactivos por razões artificialmente concebidas, representando avultadas verbas a depender pelas empresas. Da Bonança, receberá o sr. Olímpio de Magalhães, figura de proa dos grandes corretores, milhares de contos de indemnização por ter sido afastado dos quadros da empresa. Só que o seu afastamento foi, como se sabe, o resultado das querelas entre os homens do PPD daquela empresa nacionalizada. E que dizer das declarações prestadas a um jornal pelo sr. Vilaça Carneiro, ex-presidente do conselho de gestão da Aliança Seguradora, que se apresenta, hoje, como o grande inocente da situação deversos difícil que a companhia atravessa?

Damaia

Os comunistas da freguesia da Damaia (concelho da Amadora) reúnem a Assembleia da Organização pela terceira vez no próximo sábado, dia 14, no Centro de Trabalho do Partido.

Além da eleição da nova Comissão de Freguesia, os camaradas presentes vão discutir questões orgânicas e tarefas do Partido na freguesia, tendo como base um documento já preparado.

A Assembleia é aberta a todos os militantes comunistas da Damaia. Os trabalhos funcionarão a partir das 14 horas.

de e actividade do prof. Ruy Luís Gomes que, pese embora reconhecidos nomeadamente através da atribuição do título vitalício de reitor da Universidade do Porto, na sua condecoração pelo Presidente da República com a Ordem da Liberdade e no relevo inerente a uma candidatura democrática à Presidência da República em 1951 — motivaram um vastíssimo número de democratas, trabalhadores científicos e nomes da cultura à realização desta homenagem.

Homenagem nacional ao prof. Ruy Luís Gomes

Tem lugar no próximo sábado, dia 14, uma homenagem nacional ao prof. Ruy Luís Gomes, cujo acto mais significativo será um almoço no pavilhão do Académico.

Um conjunto excepcional de méritos e de altitudes da mais alta dignidade, o seu longo currículo de investigador, a sua capacidade de, ultrapassando todas as dificuldades, fazer escola e discípulos, o facto de ter aberto um sulco de actividade científica, a coragem e determinação com que, durante cerca de meio século de luta, associou o seu nome científico às mais árduas campanhas democráticas contra a opressão fascista, contra o colonialismo e, mais tarde, no sentido de que a Revolução de Abril se desenvolvesse consequentemente — fazem do prof. Ruy Luís Gomes um exemplo que se impõe à admiração pública. São todos estes aspectos da personalidade

de e actividade do prof. Ruy Luís Gomes que, pese embora reconhecidos nomeadamente através da atribuição do título vitalício de reitor da Universidade do Porto, na sua condecoração pelo Presidente da República com a Ordem da Liberdade e no relevo inerente a uma candidatura democrática à Presidência da República em 1951 — motivaram um vastíssimo número de democratas, trabalhadores científicos e nomes da cultura à realização desta homenagem.

Por outro lado, ela surge a poucos dias do 10.º aniversário da Revolução de 25 de Abril, pretendendo assim os promotores dar-lhe a dimensão de uma afirmação de confiança no futuro da Revolução e da irreversibilidade das suas conquistas, a cujos ideais se ligam intimamente a figura e a actividade do homenageado.

Nacional 25 de Abril

As comemorações governamentais

No passado dia 6 a SIP do PCP divulgou a seguinte mensagem (sobre este tema, ler o Suplemento):

A divulgação oficial do programa governamental comemorativo do 25 de Abril, que se realiza plenamente o fundamento da profunda indignação que gerou o protesto e denúncia dos projectos do governo PSD nesta matéria já anteriormente tinham suscitado.

As falsas e hipócritas «comemorações» governamentais de 25 de Abril constituem claramente uma afronta a todos os democratas e patriotas e do em V. Os militantes identificados com os valores de Abril, designadamente os que deram uma contribuição histórica para a conquista da liberdade pelo povo português.

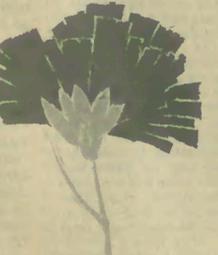
Entretanto, os aspectos negativos da farsa governamental que será representada no dia 25 de Abril mostram-se completamente coerentes com a situação actual do país e a situação do actual governo e das forças políticas e sociais que o apoiam.

O relevo conferido a Spínola ilustra e confirma profundas e antigas complicações cimentadas em múltiplas tentativas para subverter e desviar Abril do seu curso libertador e para manter, com ligeiras adaptações, os fundamentos essen-

lido apoio ao regime fascista, testemunha que nem nunca data de exemplar significado nacional e patriótico o governo PS-PSD prescinde de exibir a sua vergonhosa submissão ao imperialismo.

O carácter pomposo e ridículo das iniciativas governamentais e a sua ostensiva orientação de esvaziar o 25 de Abril do seu profundo significado e conteúdo popular e libertador, revelam um completo vórcio do governo PS-PSD em relação aos sentimentos populares e a sua extrema hostilidade e rancor em relação às grandes transformações democráticas realizadas no curso da Revolução antifascista do 25 de Abril.

4. Nestes termos, a clara demarcação dos democratas, dos trabalhadores e do povo da farsa comemorativa governamental constitui, não uma polémica inadequada face ao significado nacional da data, mas uma atitude de clarificação inteiramente necessária entre as posições e iniciativas que se mantêm fiéis aos ideais do 25 de Abril e os que conduzem uma brutal ofensiva



Poder local

Festa em S. Pedro da Cova

• Carlos Costa faz o balanço das eleições suplementares já realizadas este ano

O povo de S. Pedro da Cova voltou a reunir-se numa festa de alegria e confiança para comemorar a sua vitória — a maioria absoluta e confortável que a APU conseguiu no passado dia 1 de Abril nas eleições para a Assembleia de Freguesia.

Foi no passado sábado, uma festa animada que contou com a presença de artistas como o Rancho Folclórico do Passal, José Jorge Leiria e Luisa Basto.

Fizeram intervenções o camarada José Alves, presidente da Junta, que reafirmou a disposição dos eleitos da APU em continuarem o trabalho no sentido da resolução dos problemas da população, em continuarem e aprofundarem a ligação com o povo da freguesia, de tudo fazerem para merecer a confiança que a população neles depositou. O camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado da CC do PCP, faria também uma intervenção onde, nomeadamente, analisou os resultados das eleições suplementares realizadas este ano. Obviamente, o orador não teve em conta as eleições de domingo em Marinhais, as quais, no entanto, não vieram alterar o essencial da análise feita.

Disse Carlos Costa, nomeadamente:

«Nas dez eleições suplementares realizadas já este ano, a APU nas nove que correu subiu em todas a sua percentagem passando de 28,4% para 42,4% e aumentou em números absolutos 1312 votos. Em S. Pedro da Cova e em Redondo passou a maioria absoluta.

No mesmo período o PS, nas nove eleições que disputou, perdeu 1608 votos, mesmo incluindo aqueles casos em que não se sabe se foi o PS ou o PPD quem concorreu, tanta foi a confusão das listas. Nas 7 eleições estritamente comparáveis o PS perdeu 1749 votos e desceu de 33,9% para 23,8%.

O PPD, onde concorreu como tal em 1982 como em 1984, em todas perdeu votos



O povo de S. Pedro da Cova participou animadamente na festa

baixando em percentagem de 58,8% para 45%.

Quanto ao CDS, pouco contou e poucas foram as eleições em que antes tinha concorrido como CDS.

Em conjunto, o CDS e o PPD — a antiga AD —, de 1982 para 1984, perderam 2421 votos, o que significa 38,1% do seu anterior eleitorado.

O PS, o PPD e o CDS, somados, perderam 4133 votos (39% do seu eleitorado) e desceram de 67,4% para 51,4%.

Nós afirmamos abertamente que quem votou APU em S. Pedro da Cova não foram apenas os comunistas e os seus aliados do MDP ou independentes. Votaram na APU, sabemos-lo, numerosos socialistas e até numerosos eleitores da área do PSD.

É esse precisamente o fenómeno mais significativo de fundo destas eleições. Ele signifi-



Carlos Costa referiu-se ao significado da grande votação da APU nas recentes eleições

ca, em primeiro lugar, que a APU polarizou o voto dos que anseiam pela resolução honesta dos problemas da freguesia, mas polarizou também o voto unido de democratas, inclusive dos socialistas.

Mas isto significa, em segundo lugar, que é crescente o número de socialistas e de votantes do PPD que já não votam nas listas dos seus partidos precisamente porque começam a ver que aqueles partidos não correspondem afinal nem à defesa dos seus interesses nem à coerência dos seus ideais democráticos.

Nos resultados de S. Pedro da Cova exprime-se, por um lado, as potencialidades e a capacidade de atracção da APU; exprime-se, por outro lado, o crescente repúdio pela política nacional e local levada a cabo pelo PS e pelo PSD; mas exprime-se ainda um crescente campo político partidariamente vazio.

Quem ganhou as eleições em S. Pedro da Cova foi inegavelmente a APU. Mas quem as perdeu não foram os socialistas. Foi a política nacional e local levada a cabo pelo grupo de Mário Soares.

A desestabilização, a intriga e a calúnia, o baixo jogo partidário, o desrespeito pelo carácter democrático do poder local, etc. — não foram nem são «erros» do PS e do PPD apenas localizados em S. Pedro da Cova, produto de quaisquer desvios de militantes locais. Pelo contrário, traduzem com exactidão as traves mestras da política do PS e do PPD, a nível local e a nível nacional. S. Pedro da Cova ou Redondo ou Loures ou Amadora ou Setúbal — são expressões da mesma política. E é ainda essa mesma política que está bem traduzida na brutal ofensiva que o governo PS/PSD desenvolve através dum conjunto de decretos que visam governamentalizar o poder local e estrangular o carácter democrático e popular das autarquias.

É por isso que os resultados eleitorais em S. Pedro da Cova assumem um significado e um alcance nacionais. Tal como em S. Pedro da Cova, a política e o governo PS/PSD são condenados não apenas pelos comunistas e pelos seus aliados, mas pela esmagadora maioria do povo português, inclusive dos trabalhadores socialistas.

Escândalos, sim — mas são outros...

Amadora: Câmara repõe verdade

Repór serenamente os factos foi o objectivo (e o resultado) da conferência de imprensa dada no fim da última semana pelo presidente da Câmara Municipal da Amadora, eng. Orlando de Almeida, eleito pela APU como o são os três vereadores que na altura o acompanharam. APU que — lembremos — no município tem a maioria, embora relativa: 5 eleitos contra 6 PS/ex-AD.

Contra é neste caso mais uma vez perfeitamente adequado: com esse escasso voto de diferença (uma relação que se prolonga na Assembleia Municipal), é facto que a «velha» e «nova» direita tem conseguido sabotar ou chumbar as propostas da APU que mais favorecem os interesses da população da Amadora — medidas de fundo como, por exemplo, o Plano de Actividades, agora já em segunda proposta, que segundo o projecto da direita imporia ao município restrições de actuação que nem a dramática escassez de verbas justificava. E a guerra aberta, a guerra surda — e a guerra suja, esta sobretudo através de uma campanha de mentiras convenientemente dilatada em órgãos de informação que, como é costume, numa conferência de imprensa «para esclarecer a opinião pública», se fizeram notar pela ausência...

O Plano e Orçamento — Rejeitada uma primeira proposta na Câmara e depois na Assembleia Municipal, a segunda (já bem diferente da anterior) sofreu o mesmo destino na Câmara e não é difícil prever o que a direita tentará fazer na Assembleia. Esta rejeição «rejeita» traços de base do Plano e Orçamento, que o presidente da Câmara sublinhou: o princípio da administração directa, que seria, além de um bom acto de gestão de verbas que

neste caso, o limite que a nova lei pretende impor. E, ao fim e ao cabo, quanto a número de trabalhadores, trata-se tão-só de «restaurar o quadro existente — um quadro de previsão, de instalação, feito em 1980», como acentuava Orlando de Almeida, adaptando-o às necessidades e funcionalidade dos vários Serviços, garantindo a sua maior operacionalidade, corrigindo distorções...

Também, como as questões de verba a despendem com pessoal, a do seu número é transparente: o quadro de 1980 prevê 1149 lugares, o número actual de trabalhadores do Quadro e fora do Quadro é de 860, a nova proposta da presidência APU feita à Câmara prevê a existência de 992 trabalhadores. É isto que consta do memorando que acompanhou a proposta e a que os jornalistas tiveram acesso.

Situação financeira do Município — Duas ou três referências mais importantes: à Amadora, faltam mais de 2 milhões de contos devidos pela Lei de Finanças Locais; faltam-lhe os 80 mil devidos pela instalação do município; cerca de 100 mil contos a transferir das Finanças de Sintra, que continua a recolher impostos de território agora da Amadora (que, por outro lado, ali tem que investir), à falta, neste contexto, de uma Repartição de Finanças. Empréstimos foram contraídos, de facto, mas todos por votação unânime da Câmara e com aprovação da Assembleia Municipal. É um total de 380 mil contos, dos quais 240 mil foram aplicados em obrigações que o Governo não

cumpriu — nomeadamente o Programa Escolar e o Centro de Saúde». Junta-se a diferença de 140 mil contos aos 142 mil por pagar, neste momento, a fornecedores («verba perfeitamente aceite» num orçamento de cerca de 1 milhão), temos pouco mais de 280 mil contos — ou seja, cerca de um décimo da dívida da Administração Central...

Pelo que, conclui o presidente da Câmara, «o Município tem possibilidades de fazer os investimentos que fez — se não fora a burocracia», como delicadamente lhe chamou.

O Casal dos Adões e a «perseguição» à Maconfer — Aqui, sim, há mesmo escândalo, mas é outro, que não o que se apregoa nas várias «tribunas» da Maconfer, empresa «urbanizadora», e nas declarações dos srs. eleitos que lhe vêm em socorro.

Uma primeira questão é a de que «a CM da Amadora está a levar a Maconfer à falência». Orlando de Almeida explicou e mostrou números, oficialmente fornecidos pela contabilidade da Câmara: a Câmara deve à Maconfer 19.601 contos (despesas correntes e de capital); esta deve à Câmara em taxas, 19.952 contos. A Maconfer executou para a CM obras no valor de 163 mil contos — centro de saúde, escola da Venteira e creche da Damaia, biblioteca municipal, reformulação da piscina —, dos quais a CM liquidou já 144 mil contos. Contra, o parecer dos serviços técnicos camarários e os votos contra da APU, a Maconfer, com um simples requerimento foi libada de pagar sete mil

contos de mais-valias. A ser «levada à falência e prejudicada» pela CM, conforme afirma repetidamente o sr. sócio-gerente? Pelo que isto tem de calunioso, foi-lhe movido processo por difamação pelo vereador Manuel Vieira, da APU, pessoalmente atingido.

Uma segunda questão é a «urbanização do Casal dos Adões», serra de Carnaxide, em zona há muito declarada «a preservar», do ponto de vista agrícola e ecológico. Os loteamentos vão crescendo — a par dos indeferimentos sistemáticos (desde 81) da Câmara. Pareceres desfavoráveis de tudo o que são organismos oficiais, vinculativos também para a Câmara, são ultrapassados pelo «empreendedor», à mistura com o fornecimento à CM de plantas falsas e uma estranhíssima falta de quorum (ficam os eleitos da APU) quando mais recentemente se pretende discutir o assunto nos órgãos municipais... O último despacho, do secretário de Estado do Ambiente, manda «embargar o loteamento total e definitivamente».

As obras, porém, prosseguem. São clandestinas. E — como se provou nas cheias de Novembro — de consequências catastróficas.

Não é, pois, a perseguição da APU à Maconfer. «O conflito é entre a Maconfer e a legalidade». Ou — como dizia na conferência de imprensa um representante do «Jornal da Amadora», veículo frequente das posições da Maconfer... — «uma embrulhada muito jeitosa!».

Assembleia da República

Requerida a ratificação do pacote anti-autárquico

Esta semana não se parlamenta. O Norte e o Sul do mundo, através de representantes vindos das variadas partes, encheram o edifício da Assembleia da República, arredando os deputados das suas funções mais importantes — debater e aprovar leis. Dias antes fora um caos — marteladas sonoras abalavam o silêncio dos corredores, instalavam-se cabines telefónicas aqui, balcões acolá; repositores eram reparados e até vimos trabalhadoras debruçadas sobre a costura em veludos escuros e solenes. As passadeiras foram substituídas, apareceram sofás por todos os cantos. O pessoal da AR recebeu fardas. Tudo num brinquinho e ainda dizem que não há dinheiro. Depois houve discursos e o Primeiro-Ministro aproveitou logo para se gabar de que temos feito mais pelo terceiro mundo do que nos aproveitamos dele. Neste intervalo dos trabalhos parlamentares, enquanto a Páscoa não vem e se aguarda a continuação da discussão delicada dos «serviços de informações» e o início das alterações ao Regulamento, aproveitamos para pôr em dia alguma matéria que o espaço curto apenas deixou aflorar. O tema mais importante abordado no período de antes da Ordem do Dia na passada semana foi, sem dúvida, o poder local. Pela voz do deputado comunista Manuel Fernandes, que o levou à tribuna.

Começando por se referir à vitória da APU em S. Pedro da Cova, o deputado comunista sublinhou ter ficado demonstrado, através dos resultados alcançados «o reconhecimento pelo trabalho positivo desenvolvido pela APU na freguesia, o repúdio pelo manobristismo local e a clara oposição popular à política seguida pelo actual Governo PS/PSD. A APU aumentou em ano e meio 1293 votos e cinco mandatos, o que corresponde a 46 por cento do seu eleitorado», afirmou.

Mas não foi apenas para falar da vitória registada que Manuel Fernandes subiu à tribuna da Assembleia, mas sim para denunciar a ofensiva contra o poder local desencadeada pelo Governo. O deputado referiu-se aos quatro recentes decretos integrantes do último pacote anti-autárquico, integrantes de uma acção que caracterizou em quatro grandes linhas:

a) **asfixia financeira, quer retirando meios através da revisão da Lei das Finanças Locais, quer através do aumento de competências sem a correspondente compensação de meios;**

b) **ingerência, através de um regime de tutela totalmente inaceitável;**

c) **quebra da democraticidade dos órgãos e da partici-**

pação das populações, quer pela redução do número de eleitos, quer através da imposição de soluções presidencialistas;

d) **imposição de despedimentos a milhares de trabalhadores das autarquias, através do diploma sobre o regime de funcionamento dos serviços técnico-administrativos das autarquias.**

E Manuel Fernandes acrescentou, mais adiante:

«Este modo, o Governo, pretende impor às autarquias a sua política de despedimentos, atirando para cima delas todo o odioso que esta situação val provocar nos trabalhadores e na população em geral, tentando torná-las cúmplices de uma situação de miséria e de profunda desestabilização social.

Os despedimentos seriam milhares: nos municípios de Lisboa e Porto no seu conjunto, estão em causa cerca de 4500 trabalhadores; todas as Câmaras dos Distritos de Lisboa e Setúbal teriam de fazer despedimentos; no Alentejo, aos milhares de trabalhadores desempregados devido à ofensiva contra a reforma agrária, juntar-se-iam mais mil trabalhadores autárquicos por motivo desta decisão do Governo; outros

números ainda de potenciais despedimentos, como sejam, 260 em Cascais, 300 em Loures, 110 em Vila Verde, 102 em Benavente, 80 em Pombal, etc., tornam bem claro as gravíssimas consequências que provocaria a entrada em vigor deste Decreto. Não nos podemos esquecer que, quando se der a integração nos quadros das autarquias de trabalhadores dos sectores do ensino, de saúde e transportes como estão previstos pelo Decreto-Lei n.º 77/84, sem o suficiente aumento de verbas para despesas correntes, então o número de despedimentos será ainda mais elevado.

Por tudo isto, torna-se evidente e compreensível o mais vivo repúdio que este diploma tem merecido, de Norte a Sul do país, multiplicando-se as tomadas de posição crítica por parte dos órgãos autárquicos, como por exemplo a Câmara de Cascais, onde os partidos governamentais estão em maioria e representados por destacados militantes seus, ou as tomadas de posição dos presidentes das Câmaras de Oeiras, Matra, Vila Franca e Sintra, entre outros, para além daquela que todos os presidentes das Câmaras do Distrito de Leiria tomaram. É também significativa a tomada de posição por unanimidade da Câmara Municipal do Porto, que declarou não acatar este diploma, caso venha a ser publicado.

A dar razão ao protesto comunista feito na Assembleia da República, muitos milhares de trabalhadores concentraram-se no dia seguinte no Terreiro do Paço. As intervenções dos deputados do PCP estão sempre em consonância com as aspirações dos trabalhadores, ao mesmo tempo que defendem uma política correcta para o país.

No mesmo dia, o grupo parlamentar do PCP entregou na mesa um requerimento para que fosse concedida a prioridade e urgência à discussão das ratificações dos decretos constantes do pacote anti-autárquico.

Eleições de S. João da Madeira são já no próximo domingo

S. João da Madeira, a 30 km do Porto, é o mais pequeno concelho do País — mas nem por isso o que tem menos problemas. O mais recente conduzia à queda do executivo imposta pelos próprios membros que nele delinham a maioria absoluta — PSD e CDS — minados por contradições, disputas internas, compadrios conflitivos. Como fruto de uma gestão que arruinou o município, esbanjou os seus meios e não cuidou do seu apetrechamento. Tudo com a connivência do PS, ele também membro cooperante dos executivos que em menos de dois mandatos atiraram a Câmara de S. João da Madeira para uma situação de quase pré-falência e acabaram por impor eleições suplementares para a Câmara no próximo domingo.

Exterior a todas estas questões, apenas a APU, que com os seus três representantes na Assembleia Municipal tem sido, ao longo do tempo, a única força a denunciar os erros de gestão cometidos, as irregularidades detectadas, as demagogias de rês-de-solta. Incapazes de anular os argumentos da APU, os membros da ex-AD, com a connivência do PS, enveredariam pela reprovação sistemática das suas propostas, mesmo que apenas à força de uma maioria sem respostas ou explicações para as questões levantadas.

Pela actuação sem zonas escuras e a defesa intransigente dos interesses do município e das populações, a Aliança Povo Unido surge neste acto eleitoral como a única alternativa válida no panorama autárquico de S. João da Madeira. A conquista de um lugar na verba da Câmara é não apenas uma necessidade, é um direito necessário. Este lugar da APU no executivo como garante de transparência, idoneidade e competência. E as populações sabem-no cada vez melhor.

Tendo na sua lista gente prestigiada da terra, pela dedicação e iniciativa cívicas, a APU apresenta-se ao eleitorado com um programa objectivo e estabelecendo sete prioridades: 1 — conclusão urgente da atribuição das 213 habitações sociais de Fundo de Vila e das 48 do Parrinho; 2 — apoio à

Cooperativa de Habitação; 3 — resolução da questão da materialidade e de outras estruturas hospitalares; 4 — medidas que atenuem os efeitos nefastos da lixeira e a aceleração de diligências que a retirem do local; 5 — melhoramento das ruas e passeios; 6 — resposta às carências dos estabelecimentos de ensino; 7 — diligências para o alargamento do Concelho tendo em conta os interesses das populações de S. João da Madeira e Freguesias vizinhas, assim como pela elevação da categoria de vila a cidade (projecto que a APU levou pela primeira vez à Assembleia da República através do deputado Vital Moreira, em 11 de Junho de 1980).

A população de S. João da Madeira mostrará no próximo domingo que a demagogia e as obras de fachada não mascaram eternamente as más gestões.

Eleições de Marinhais

As eleições suplementares realizadas no passado domingo em Marinhais, Freguesia de Salvaterra de Magos — onde votaram apenas cerca de 40% dos eleitores inscritos — deram a vitória ao PS, que obteria 729 votos (contra os 822 alcançados em 1982) e a conquista da maioria absoluta na Assembleia de Freguesia, passando de seis para sete mandatos. A APU seria a outra força política que também veria subir a sua representação na AF, passando de dois para três mandatos através dos 308 votos conquistados (em 1982 obtiveram 359). O PPD/PSD, o grande vencedor destas eleições, perderia 344 dos seus 698 votos conseguidos em 1982 e passando de cinco para três mandatos na Assembleia de Freguesia.

Continuar a luta contra despedimentos

• Uma nota da SIP do PCP

Faça à publicação no passado dia 6 de Abril do Decreto-Lei 116/84, dito de «reorganização técnico-administrativa» das Câmaras Municipais, é necessário sublinhar:

1. O decreto-lei em causa representa uma grave ingerência na autonomia municipal, obriga ao despedimento de milhares de trabalhadores da Administração Local e compromete gravemente a capacidade de realização de obras pelo Poder Local, designadamente ao limitar seriamente a possibilidade de as Câmaras executarem obras por administração directa.

Na verdade, analisando os quadros de pessoal das autarquias e os respectivos níveis de encargos, é inquestionável que a fixação de limites para os gastos globais com pessoal e para os gastos com pessoal fora do quadro conduziria ao despedimento de milhares de trabalhadores. Procurando assegurar-se da prossecução deste objectivo, o Decreto-Lei estabelece a possibilidade de dissolução das Câmaras que

não cumpriam tais limites pelo Governo.

2. É altamente significativo que, tendo este projecto, agora convertido em decreto-lei, causado a maior indignação e uma generalizada inquietação entre os eleitos e os trabalhadores das autarquias, de que foi expresso a importância. Jornada de Luta de 4 de Abril, a que o Governo respondeu com um desmesurado aparato policial, tenha acabado por ser publicada nos termos em que foi colocado à discussão pública. Mais uma vez ficou demonstrado que o Governo só está receptivo ao diálogo com o grande patronato e o imperialismo.

3. Tentando amortecer o descontentamento e desmobilizar a luta dos eleitos e dos trabalhadores pela autonomia municipal e pela estabilidade do emprego dos trabalhadores das autarquias, o Governo tem procurado minimizar o alcance deste decreto-lei e das suas consequências. A secretária de Estado da Administração Autárquica, em particular, afirmou que o limite com despesas de

pessoal seria de 75% das despesas do ano anterior, quando a lei estabeleceu que o limite máximo é de 60% e tem aconselhado expedientes contabilísticos para orçamentar as despesas com pessoal das obras municipais que são vedadas pela legislação em vigor sobre contabilidade das autarquias. O próprio decreto-lei agora publicado não distingue gastos com pessoal das obras, dos restantes gastos com pessoal, nem os gastos com pessoal dos serviços municipalizados, dos gastos com pessoal dos restantes serviços municipais. Estas declarações confusas e contraditórias, mais do que ilustrar a forma leviana, incompetente e irresponsável como o Governo legisla e actua, são sintomas de que a luta dos eleitos, dos trabalhadores e das populações já conduziu o Governo à desorientação e pode fazer e já fez o Governo recuar na sua política anti-autárquica.

4. Considerando gravíssima a fixação dos limites máximos aos gastos com pessoal, estabelecidos na Lei, o PCP recorda que outros decretos-leis do pacote anti-autárquico do Governo, em particular o DL

77/84, pretendem impor às autarquias os encargos com pessoal dos estabelecimentos de ensino primário e preparatório e pré-primário, dos centros de saúde e de empresas de transporte além de outros encargos. Torna-se evidente que, mesmo recorrendo aos expedientes ilegais aconselhados por um membro do Governo, com essas novas transferências de encargos com pessoal, seria necessário, para cumprir este decreto-lei, realizar despedimentos mesmo em autarquias em que actualmente essa questão ainda não se põe.

5. O Grupo Parlamentar do PCP já requereu a ratificação deste decreto-lei, bem como dos outros quatro diplomas que constituem o pacote anti-autárquico e ainda do diploma que «cria» uma Taxa Municipal de Transportes.

Com a continuação e o alargamento da luta unitária, firme, e empenhada, dos democratas eleitos, dos trabalhadores das autarquias e das populações em geral, esta iniciativa poderá conduzir a resultados favoráveis à defesa do Poder Local

democrático, da estabilidade do emprego dos trabalhadores da Administração Pública e dos interesses das populações.

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português



Muitas centenas de mulheres, reunidas no passado dia 8 na 5.ª Conferência de Mulheres do Norte sublinharam a importância do 25 de Abril na conquista da igualdade de direitos e apelaram à participação nas comemorações populares do aniversário da Revolução. Vindas do Porto, de Braga, de Viana do Castelo e de Vila Real, as mulheres do Norte denunciaram por outro lado o agravamento das condições de vida que atingem sobretudo a população feminina e sublinharam a importância da participação das mulheres nas organizações sociais e populares

Trabalhadores

Contra a ganância do Governo

Prossegue a luta sem "concertação"

- Convergem no Porto, Braga e Almada marchas pelo pão, contra o desemprego
• Lisboa, 18: dia de luta e manifestação

- Bancários anunciam concentração junto ao Banco de Portugal: HOJE, 17 horas - Lisboa.
• Domingo, 15: Comerciantes (MPMCIS) protestam junto ao Ministério do Comércio - 12 horas - Campo Pequeno - Lisboa.
• Sábado, 14: Marchas de protesto convergem em Braga.
• HOJE: Marchas (distrito de Setúbal para Almada). Contra salários atrasados, desemprego, fome.
• AMANHÃ: Vigília começa às 14 e 30 em Montemor-o-Novo.
• Julgamento dos sindicalistas prossegue amanhã no Tribunal de Polícia em Lisboa.



«Uma organização fortalecida para lutar por uma vida melhor» é, por assim dizer, a síntese do 2.º Congresso da que passou a denominar-se Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, dos Escritórios e dos Serviços (FPSCES) e que reuniu no passado fim-de-semana em Lisboa 222 delegados de 20 sindicatos, 12 dos quais não filiados na CGTP-IN, em representação de 140 mil trabalhadores.

Idosos, reformados, trabalhadores sem salários, famílias à míngua do indispensável, comerciantes e pequenos empresários ameaçados pela «política de falências» e pelo «salve-se quem puder» do oportunismo instalado nos gabinetes do Governo juntam-se à grande massa dos trabalhadores organizados na convergência unitária, orientada pelas necessidades da luta contra a actuação do Governo PS/PSD.

O movimento sindical defensor da unidade, sem descuidar a acção diária em defesa da contratação colectiva (pela negociação e não pelo arbítrio das imposições combinadas com os divisionistas amarelos e fura-greves), mantém as suas posições de combate. Sindicatos representativos de todos os ramos de actividade, comissões de trabalhadores e associações representativas do movimento popular, or-

ganizações específicas, como as da juventude e das mulheres, têm de encerrar a acção de massas como o pão para a boca.

Repetem-se declarações oficiais e alusões à inevitabilidade do agravamento das condições de vida e de trabalho (se o houver, amanhã — é frequente ouvir-se ao domingo na boca dos que enfrentam as ameaças do desemprego).

Mas o Governo recua. É obrigado a atingir os 22 por cento na tabela salarial, como aconteceu na Transtejo para evitar a greve. Adia os aumentos mais espectaculares da sua política de ganância, que já tinham sido anunciados publicamente. Mas, enquanto substitui o diálogo pela repressão e instaura o princípio da nova era corporativa com o dito «Conselho Económico para a Concertação Social», os trabalhadores

e o movimento sindical unitário, a nível distrital e de zona, com relevo para o Porto e Lisboa, continuam a opor a luta popular pelo pão, pelo trabalho, contra a carestia, à escalada do Governo.

Entre as iniciativas mais próximas, destacam-se as marchas que convergirão pelas 17 horas do próximo sábado na Praça da Liberdade, no Porto. Terão como pontos de par-

tida na cidade (às 15 horas da Praça da Corujeira e às 15 e 30 do Largo do Carvalhido) e em Vila Nova de Gaia, às 15 e 30 também, da Praceta 25 de Abril.

Para cima de 350 organizações tinham aderido no princípio da semana a esta jornada de luta indispensável, que se repetirá noutros pontos do Norte convergindo em Braga. No distrito do Porto apoiam

a jornada 47 sindicatos, 139 comissões sindicais, 16 comissões intersindicais, 36 CTs e sub-CTs, plenários de empresa, assembleias de delegados sindicais, grupos de trabalhadores, 25 associações populares e 4 estudantes, a Federação dos Sindicatos Têxteis, o secretariado (Norte) das CTs da banca, a coordenadora das comissões de trabalhadores e outras organizações unitárias, nomeadamente de mulheres e

de reformados, pensionistas e idosos.

As marchas pelo pão, pelo trabalho, contra a carestia serão uma poderosa jornada de luta dos trabalhadores e do povo do Porto no sentido de travar a política de liquidação das conquistas do 25 de Abril e abrir, com uma nova política e um novo governo, o caminho à resolução dos problemas dos trabalhadores, do povo e do País.

Acção sindical / LUTAS / Actividades

• A CPP ao desbarato — A Companhia Portuguesa de Pescas foi extinta pelo Conselho de Ministros em 20 de Março findo. O Governo alega que a empresa não é viável. No entanto, afirma a Comissão Conciliadora de Almada do PCP, o Governo esconde o objectivo de «vender dois navios dos mais modernos», pertencentes àquela empresa nacionalizada, pelo «preço irrisório de 110 mil contos» quando o seu valor real é superior a um milhão de contos. «Não diz o Governo — acrescenta a Conciliadora de Almada — que as sucessivas paralizações da frota, impostas pelas tutelas ministeriais «desde 1977, originaram a perda de receitas» que excedem os «três milhões e meio de contos». Acusando a coligação

PS/PSD de «vender ao desbarato barcos e instalações para beneficiar a sua clientela e a corrupção», aquela organização concelha do PCP realinha que a decisão de extinguir a CPP atira para «o desemprego e a miséria centenas de trabalhadores e suas famílias, que não recebem salários há dez meses». Num comunicado de 22 do mês passado, depois de referir que a empresa seria viável se fosse posta «ao serviço da população, abastecendo-a de peixe, que hoje os intermediários e o Governo importam, endividando cada vez mais o País e aumentando escandalosamente os preços», a Conciliadora de Almada (sede da empresa) «reputa veementemente tal política e tal decisão, colocando-se

inteiramente ao lado dos trabalhadores da CPP e de todos aqueles que se encontram em idênticas condições, exortando-os à continuação e reforço da luta, na certeza de que este Governo e esta política serão derrotados».

• Informática do CNP: prazo termina amanhã — Suspensa após plenário de trabalhadores às 4 da manhã na última sexta-feira, a greve dos trabalhadores da Informática do Centro Nacional de Pensões (Lisboa) foi considerada «uma importante vitória» pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Com adesão total dos operadores abrangidos pelo pré-aviso, subscreto separadamente pelo SITESE, a greve será retomada,

se até amanhã o decreto-lei já assinado em Conselho de Ministros não for publicado no «Diário da República»; isto é, se não entrarem em vigor as regalias acordadas, designadamente as que dizem respeito aos subsídios de turno, já que se trata de um local de trabalho em laboração permanente. Entre os motivos do êxito da forma de luta adoptada no departamento de informática do CNP, a Federação refere «a serenidade e a solidariedade demonstradas pelos pensionistas, eles também sobejamente lesados pelo Governo actual». A FSFP, em nota à imprensa (dia 4) responsabilizara «totalmente a Secretaria de Estado da Segurança Social e o Governo PS/PSD pelo prolongamento desnecessário de uma

luta que pode atrasar o pagamento de reformas do mês de Maio, bem como a ligação informática aos restantes Centros Regionais do País». Salientava ainda, nessa nota, a Federação que, «neste momento, todas as reformas do mês de Abril se encontram processadas». Qualquer atraso dever-se-ia «à falta de dinheiro e não à luta dos trabalhadores», pois estes «não aceitam que a Secretaria de Estado da Segurança Social tente distorcer as dificuldades financeiras» com o pretexto das justas reivindicações e das formas legais de as satisfazer.

• Preços: CGTP-IN «constata o recuo ostensivo do Governo» — «... De facto, num dia o Governo

agenda para discussão no Conselho de Ministros novos aumentos de preços — verifica a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN — e, no dia seguinte, vem considerar «espectaculares» e «destabilizadores» os que justificadamente alertaram a opinião pública para os novos aumentos na força, que o próprio Governo acaba por negar categoricamente». Segundo nota do departamento de informação da Central, «esta posição visivelmente contraditória de um Governo, que é responsável pela maior taxa de inflação de sempre no nosso país, revela que ele foi obrigado a recuar perante o ascenso da luta dos trabalhadores e doutros sectores da população contra o aumento do custo de vida e contra esta política ruinosa. A CGTP-IN realinha que esse caminho — o da luta, cada vez mais intenso e ascendente — que levará o Governo à derrota e trará ao nosso país uma alternativa verdadeiramente democrática e nacional, no respeito pela Constituição e pelo 25 de Abril».

• Aveiro: contra o aumento do custo de vida — «Variadíssimos plenários de empresa» (p. e. Oliva, Violas & Irmão e Molaflex), «dezenas de meetings» junto das empresas à hora do almoço, distribuição de «dezenas de milhares de documentos», designadamente nos concelhos de Espinho, Ovar, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vila da Feira, Estarreja, Águeda e Aveiro, concentrações em várias zonas do distrito (29/3), apesar da intempérie, e um grande espectáculo dois dias depois na cidade de Aveiro com a presença de mais de 1500 pessoas, foram, segundo informações da União dos Sindicatos do distrito, algumas das principais iniciativas de informação, esclarecimento e mobilização, promovidas por aquela estrutura intermédia da CGTP-IN, durante a semana de luta de 26 a 31 de Março findo, cumprindo «os objectivos definidos» e contribuindo para «reforçar ainda mais a já robusta e ampla exigência nacional de uma nova política e de um novo governo ao serviço dos trabalhadores e do País».

• Viana do Castelo: Apoio às decisões unitárias — Ao aprovar o documento final, a primeira Conferência da União dos Sindicatos de Viana do Castelo venceu a necessidade de «apoiar o Conselho Nacional da CGTP-IN nas decisões que tomar», visando a «realização de uma grande jornada nacional de protesto», pela «demissão do governo PS/PSD, por um novo Governo e uma nova política».

• Transportes: Lutas no sector — Anunciadas para a última quinta-feira, as greves da Transtejo e do Metropolitano de Lisboa levaram na primeira daquelas empresas à satisfação de algumas reivindicações dos trabalhadores, pelo que a forma de luta foi suspen-

Advertisement for STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e do Comércio) and other unions. It features the STAL logo and the text: 'Não aos excedentes! Resultado de boa mobilização: 250 participantes dos diversos sectores da Função Pública aprovaram, no sábado em Lisboa, uma série de conclusões práticas sobre a estabilidade do emprego na Administração Central, Regional e Local, que a comissão organizadora (Federação-FP, STAL; e STCML-Câmara de Lisboa) entregará aos órgãos do poder, designadamente ao Primeiro-Ministro e aos membros do Governo, tendo para o efeito solicitado audiências. Uma parte das conclusões refere, segundo a comissão organizadora, que «um passo em frente na defesa da estabilidade do emprego na Função Pública só pode ser dado com a revogação dos aspectos mais gravosos dos diplomas do "pacote Almeida Santos" (nomeadamente o decreto dos excedentes e os que permitem, directa ou indirectamente, o despedimento de trabalhadores) bem como do "pacote autárquico", nomeadamente ao relativo à organização técnico-administrativa das autarquias. Recorde-se que esses diplomas devem ser objecto de discussão na Assembleia da República, devido a terem sido chamados a ratificação».

Terra

Agricultores de Amarante exigem abertura da feira de gado

Mais de dois mil agricultores de Amarante, impedidos de abrir a feira, desfilaram recentemente nas ruas daquela vila em atitude de protesto pela situação criada. A feira de Amarante tal como muitas outras na zona Norte e Centro do País encontra-se encerrada, há mais de um ano, por causa do surto de peripneumonia, situação esta que tem causado incalculáveis prejuízos aos agricultores. Com as feiras encerradas, sem medidas alternativas, os agricultores ficam sem qualquer orientação de preços e sujeitos à comercialização de gado imposta pelos intermediários.

Por outro lado, aumentam constante e assustadoramente os preços dos factores de produção, não são pagos os subsídios de gasóleo nem as indemnizações do gado abatido por peripneumonia, o que conduz os agricultores e a lavoura a uma situação de ruína. Foi na sequência desta situação insustentável e de várias reuniões e protestos (abalixo-assinados, concentrações, participação na Jornada Nacional da Lavoura) que os agricultores de Amarante reunidos na Cooperativa Agrícola decidiram abrir a feira. Assim, no passado dia 7, mais de dois mil agricultores

que se dirigiam para a feira com camionetas de gado, viram os acessos à vila cortados por contingentes da GNR fortemente armados. Impedidos de fazer a feira, os agricultores, acompanhados de um dirigente da CNA, desfilaram então pelas ruas de Amarante em direcção à Câmara Municipal. Relativamente à agricultura, como em relação a outros sectores da economia nacional, o Governo Mário Soares/Mota Pinto, persiste na sua política de ruína e de miséria. Mas os agricultores tal como os operários, os intelectuais, os pequenos e médios comerciantes e industriais e outras camadas da população, persistem na luta pela resolução dos seus problemas e dos problemas do país.



Agricultores de Amarante, impedidos de fazer a feira, dirigem-se em protesto à Câmara Municipal

Lavoura de Braga alcança vitória

Na sequência de uma luta que culminou com uma concentração e corte de trânsito, os agricultores de Cabeceiras de Basto obtiveram na passada segunda-feira a garantia de que a partir do próximo dia 21 as feiras de gado serão oficialmente abertas em todo o distrito de Braga. Esta acção de luta, que contou com o apoio da Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB), juntou muitas centenas de agricultores que para o efeito se concentraram no local habitual da feira, após o que desfilaram para o centro da vila onde bloquearam a estrada que liga aquela vila à capital do Minho. No decorrer desta jornada que se prolongou durante período de uma hora, os agricultores obtiveram do responsável pelo departamento do MAFA a garantia da abertura das feiras de gado que haviam sido encerradas há mais de um ano sob o pretexto de um surto de peripneumonia. A propósito desta doença

que atingiu os bovinos e desta importante vitória obtida pelos agricultores a ADADB sublinhou em comunicado tratar-se de uma acção que satisfaz «uma das mais justas reivindicações» pela qual eles se batem há mais de um ano. Na verdade, a ausência de medidas por parte do MAFA, levou a que os circuitos tradicionais de comercialização se mantivessem, isto é, o escoamento do gado continuasse a ser dirigido a bel-prazer pelos intermediários. Mas a incuria e a ineficácia das autoridades foi mais longe. Na opinião dos agricultores e suas organizações a doença foi introduzida no nosso País através do gado de contrabando, sem que nada tivesse sido feito para combater a situação. É pois neste contexto que deve ser encarada a satisfação desta reivindicação da lavoura. Ela é o resultado, conforme sublinha a ADADB, «da luta dos agricultores do nosso distrito e em especial dos de Cabeceiras de Basto».

Acção de protesto em V. F. de Xira

Por iniciativa do Secretariado das Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Lisboa realizou-se na segunda-feira, em Vila Franca de Xira, uma acção de protesto com vista a alertar os órgãos de Poder para a situação de ruína que se vive nos campos da região. Na ocasião, uma delegação dos agricultores de que fazia parte um membro da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) foi recebida pelo director Regional do Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação (MAFA), a quem deu conta de alguns dos problemas mais sentidos, designadamente os exagerados aumentos dos factores de produção, a falta de crédito e as dívidas do Estado à lavoura. Depois de se dirigirem à Câmara Municipal, onde foram recebidos pelo presidente, os

agricultores desfilaram pelo centro da vila com os seus tractores e camionetas, tendo distribuído um documento à população. Com o objectivo de analisar a situação que se vive na lavoura e programar as acções a desenvolver estão a realizar-se na região do Baixo Mondego uma série de reuniões, a primeira das quais teve lugar no passado domingo em Cadima, concelho de Cantanhede. A iniciativa partiu da Federação das Unões e Ligas dos Agricultores e está a despertar interesse e a acolher o apoio de muitos homens do campo. A propósito das dívidas à lavoura, questão particularmente sentida na zona, um documento recentemente divulgado por

aquela organização, afirma que o Governo voltou a desrespeitar os compromissos assumidos, pelo que urge modificar «esta situação». Com efeito continuam sem resposta as reclamações dos agricultores, designadamente os subsídios do arroz e do gasóleo de 1983 e as indemnizações pela peripneumonia. Depois de denunciarem a inércia do Governo e da Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP) relativamente ao problema do escoamento do gado, a Federação do Baixo Mondego alerta os agricultores para a intenção governamental de agravar os preços de alguns factores de produção, como sejam o caso dos adubos em 18 por cento e do previsível aumento do leite ao consumidor, apesar de se manter ao mesmo preço no produtor.



Escapar ao espectro da miséria, lutando ao lado dos seus antigos companheiros de trabalho, é a porta que este Governo ainda deixa aberta a um número incalculável de reformados, pensionistas e idosos, que novamente sairão à rua no sábado em Lisboa, Porto e Évora

se chegou, à mesa de negociações, a valores da ordem dos 22 por cento, como no caso da Transtejo», onde nesse mesmo dia era desconvoada a greve. Acerca das paralizações parciais no Metro, a FSTRU acusa o conselho de gerência de «provocar a população (utente) e voltá-la contra os trabalhadores». Foi o que de facto aconteceu, segundo a Federação, na manhã de quinta-feira passada, na estação de Sete Rios, «quando a empresa deu ordens no sentido de evacuar um comboio que já se encontrava cheio de passageiros, o que obviamente deu origem a um incidente, que poderia reverter-se de maior gravidade não fora a serenidade dos trabalhadores».

Internacional

A revolta que lavra na Europa

• Uma batalha comum contra a política do capital

As imagens muitas vezes dispensam palavras. E sobrepõem-se-lhe. Quando os problemas sentidos são comuns levam-nos a uma compreensão imediata dos factos. Quem viu na TV os trabalhadores franceses da siderurgia, na Lorena, desentrolar pelas ruas rolos de folha de aço, o fruto do seu trabalho, e demolir com as suas máquinas a fachada de edifícios que para o seu sector têm o significado de uma ameaça; quem viu Weinberger ser recebido na Grécia com manifestações de repúdio — compreende de imediato o que se está a passar na Europa (como de outras formas também aqui em Portugal). É a revolta. A revolta das massas trabalhadoras, dos povos do mundo capitalista desenvolvido, contra a crise, contra a corrida aos armamentos, pela democracia.

E a revolta, porque hoje a capacidade de produção não utilizada, sobe a 40% na siderurgia e varia entre 25 e 30% nos outros ramos de actividade. Porque empresas de laminação acabadas de montar (em 1979, em França, por exemplo) estão agora a ser encerradas, em nome da «racionalização». É a revolta, porque a espiral do desemprego sobe de forma imparável por toda a CEE. De acordo com os dados oficiais apresentados pela respectiva Direcção de Estatísticas, o desemprego atingiu, nos países da Comunidade Económica Europeia, para onde nos querem atrair, mais de 400 mil pessoas em Janeiro deste ano, alcançando assim o nível recorde de 12,8 milhões de pessoas. O que representa 11,5 por cento da população activa. Em comparação com o mesmo período do ano passado, o índice de desemprego na Comunidade aumentou de 5 por cento.

Escalada de lutas

A Bélgica parou 24 horas a semana passada. A circulação ferroviária foi suspensa. Os mineiros não desceram ao fundo dos poços do Lumbourg. A siderurgia de Liège e de Charleroi e as grandes empresas metalúrgicas ficaram totalmente paralisadas. O mesmo se verificou nas fábricas de montagem de automóveis de Antuérpia, nos transportes urbanos, nos serviços postais. Manifestações com vários milhares de pessoas realizaram-se em cidades como Bruxelas, Liège, Antuérpia, Charleroi. Nova greve geral foi convocada para terça-feira desta semana. Os trabalhadores belgas têm ra-

zões de sobra para desenvolver tais lutas.

Quando, em 1981, se tratava de campanha eleitoral, os representantes da actual coligação no poder (social-cristãos e liberais), e nomeadamente o chefe do governo, Wilfried Martens, prometeram o saneamento das finanças públicas, fazer face ao desemprego, relançar o investimento. Foram estas as promessas eleitorais.

Mas a realidade da prática política actual é bem outra. A luta neste momento em curso desenvolve-se contra um plano de austeridade que prevê: baixa anual do poder de compra da ordem dos 2% até 1986 inclusive; uma redução de 3,5% da massa salarial da função pública, equivalente à supressão de 30 000 postos de trabalho; corte nos subsídios sociais; redução de subsídios de desemprego ao fim de dois anos sem conseguir trabalho. O desemprego atinge actualmente 12,5% da população e depois de 81 (o ano das promessas...), o poder de compra baixou em 5%. Prevê-se que, para 1987, o nível do desemprego venha a abarcar 19,8% da população activa.

Note-se que, entretanto, os lucros na indústria estão a aumentar. Concretamente, em 1982, aumentaram em cerca de 50%.

A Bélgica é um exemplo. Um exemplo que se multiplica em muitos outros.

Na Grã-Bretanha, alargou-se a solidariedade com a luta dos mineiros do carvão, em greve desde 12 de Março, contra o desmantelamento de uma parte do sector. O Sindicato Nacional dos Ferrovias pediu aos seus 150 mil membros que

boicotassem o transporte de carvão (80% do carvão é transportado pelos caminhos-de-ferro). O Sindicato Nacional dos Marinheiros Britânicos apelou aos seus filiados para que deixem de desembarcar carvão procedente do estrangeiro.

O movimento grevista alastra também na Grécia. Cerca de dois mil camionistas mantêm uma greve por tempo indeterminado. Bancários e farmacêuticos paralisaram 24 horas pelas suas reivindicações específicas e em apoio da luta dos camionistas. Os trabalhadores de Salónica paralisaram durante 4 horas, contra o desemprego e o aumento de salários. A mesma forma de luta foi há dias utilizada no sector dos transportes urbanos de Atenas. Os operários da construção civil e o pessoal dos «troleys» de Atenas, voltam à greve, face à recusa das autoridades em satisfazer as suas reivindicações.

A França e o aço

Amanhã, os trabalhadores da siderurgia francesa convergirão para Paris. Um novo passo no grande protesto que se ergue contra os planos do governo francês — que abarcam vários sectores: siderurgia, estaleiros navais, indústria de carvão, automóvel, química — e que apontam para o encerramento de várias empresas e muitos milhares de novos desempregados.

Na indústria naval, a decisão do conselho de ministros é de reduzir as capacidades de produção em 30% e suprimir mais de 3 mil postos de trabalho numa das grandes empresas do sector — a NORMED. Por isso se luta nos estaleiros de Dunquerque, Havre, La Seyne.

Idênticos processos de luta se desenvolvem noutros sectores. Como afirmou recentemente Georges Marchais, secretário-geral do PCF, à Antena 2 (francesa): «Não separo o plano que acaba de ser adoptado (em relação à siderurgia) de outros que dizem respeito à construção naval, à política do carvão, automóvel, química, etc (...). Temos actualmente um crescimento zero. É preciso inverter a tendência: uma política de emprego baseada no crescimento. Esta é a única resposta à actual situação do país». A

resposta dos comunistas — que entretanto não é a resposta do governo francês.

Por isso as imagens de revolta popular que nos vêm da Lorena, onde o plano do aço do governo implica a supressão de 20 mil postos de trabalho na siderurgia até 1987, as acções de rua, reprimidas por forças policiais.

O caso da siderurgia francesa assume aliás um carácter quase exemplar. Isto porque, por um lado, o sector siderúrgico é uma das indústrias mais modernas do país. Por outro, a França importa aço: 40% dos produtos siderúrgicos consumidos pela França são de importação, sendo que nos últimos 10 anos esta penetração aumentou em cerca de 10%.

Comentando a situação criada e depois de sublinhar que «a baixa do poder de compra em 1983 varia entre 3 e 4%», o secretário-geral da Federação dos trabalhadores da metalurgia da CGT, afirma: «O governo decidiu reduzir as capacidades de produção na siderurgia em nome das exigências da Comunidade Económica Europeia. Milhares de empregos estão ameaçados. É inaceitável».

E Gaysot, membro do Bureau Político do PCF, no encontro nacional de militantes comunistas nas empresas diz: «Há já um ano, dia a dia, que o governo decretou a política de austeridade. Dissemos nesse momento que a austeridade não devia ser contra os trabalhadores, contra o poder de compra e contra o emprego, mas contra os privilegiados, contra os desperdícios provocados pela gestão capitalista». Salientando ainda: «Como é que os trabalhadores, os assalariados do sector público, podem não estar desiludidos quando vêem que as empresas nacionalizadas são frequentemente geridas como se fosse a direita que continuasse no poder?».

Este o preço da aceitação da lógica do capital internacional. Lógica que por vezes traz bem graves consequências. Por exemplo, a Irlanda perdeu mais de um terço dos seus postos de trabalho na indústria, desde que entrou para o Mercado Comum, contando actualmente com uma per-

tagem de desempregados da ordem dos 17% da população activa.

A outra face da crise

Se a crise lavra pelo mundo capitalista e sectores fundamentais e modernos da economia são desmantelados; se o nível dos investimentos globais baixa ou se mantém estagnado ao nível dos números de crise do ano passado e o presidente da Associação dos Agricultores britânicos vem afirmar que os acordos estabelecidos pela CEE representarão a falência de dez mil produtores de leite — o mesmo quadro não se desenha num outro sector da economia capitalista: a produção de material de guerra. Nesse domínio, os progressos são visíveis. Para referirmos um exemplo concreto: no primeiro semestre de 83, a produção de material de guerra aumentou, nos Estados Unidos, em 15 por cento.

Por isso se interligam batalhas de carácter económico e de carácter político e se destaca a importância dos sindicatos na batalha pela paz, como foi recentemente sublinhado no encontro internacional, realizado em Moscovo, sobre «Os sindicatos e a segurança europeia».

Assim, ao lado dos metalúrgicos franceses, dos camionistas gregos, dos trabalhadores dos mais diversos sectores da economia belga, dos mineiros ingleses, podemos justamente colocar os manifestantes que em Atenas saíram ao caminho de Weinberger. Os militantes da paz presos na Holanda, enquanto o mesmo Weinberger se desloca a Haia, num esforço de pressão para que os novos mísseis nucleares sejam instalados. As mulheres de Greenham Common, que menos de 24 horas depois de desalojadas pela polícia dos «Acampamentos da Paz», junto à base onde estão a ser instalados os Cruise, voltam a concentrar-se, agora em maior número. E ainda as dezenas de milhares de manifestantes que em Londres e Liverpool, saíram à rua, contra a redução dos poderes da administração local em várias regiões do país.

Na verdade, trata-se de uma batalha comum contra uma política una, a política do capital.

Comunicado conjunto MPLA/PT-PCP

No termo das conversações realizadas na semana passada em Luanda, durante a visita de uma delegação do PCP à República Popular de Angola, foi assinado um comunicado conjunto MPLA/PT-PCP, que a seguir se reproduz na íntegra.

A convite do MPLA-Partido do Trabalho esteve de visita oficial e de amizade à República Popular de Angola, no período compreendido entre 2 e 6 de Abril de 1984, uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo seu Secretário-Geral, o camarada Álvaro Cunhal e integrada pelo camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.

No âmbito da sua estadia na República Popular de Angola, a delegação do PCP rendeu homenagem à figura do saudoso Presidente dr. António Agostinho Neto, tendo depositado no seu sarcófago uma coroa de flores.

No decurso da sua estadia a delegação do PCP visitou empreendimentos socioeconómicos e locais históricos e culturais, o que lhe permitiu inteirar-se melhor dos esforços do Povo angolano e do MPLA-Partido do Trabalho no sentido da criação das bases técnico-materiais tendentes à edificação da sociedade socialista na República Popular de Angola.

As conversações oficiais entre ambas as delegações foram dirigidas, respectivamente, pelo camarada José Eduardo dos Santos, Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, e pelo camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português.

Tomaram parte nas conversações pela parte do MPLA-Partido do Trabalho os camaradas Roberto de Almeida, Secretário do CC para a esfera ideológica, Afonso Van-Dunem «M'Binda» Secretário do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho para as Relações Exteriores, António Sebastião Lengue, director do Departamento de Relações Exteriores do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho.

Pela parte do Partido Comunista Português participou o camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.

As conversações decorreram num clima de franca camaradagem e de perfeita cordialidade reflectindo os estreitos e tradicionais laços de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o MPLA-Partido do Trabalho e o Partido Comunista Português, forjados na difícil etapa da luta comum contra o colonialismo, o fascismo e o imperialismo.

No decorrer das conversações, as duas partes analisaram a situação sócio-política e económica em cada um dos países, tendo havido uma ampla e frutuosa troca de experiências da actividade dos respectivos partidos.

A delegação do MPLA-Partido do Trabalho informou detalhadamente as realizações do Povo angolano no quadro da materialização das orientações saídas do Primeiro Congresso Extraordinário do MPLA-

-Partido do Trabalho. A parte angolana informou ainda sobre as inadiáveis e importantes tarefas que serão levadas a cabo no ano presente, nomeadamente, a realização do Primeiro Congresso da UNTA e da Conferência Nacional do Partido.

Por seu lado, a delegação do Partido Comunista Português informou sobre os resultados do seu 10.º Congresso, bem como os esforços que têm vindo a ser realizados pelos comunistas portugueses no sentido da materialização das resoluções saídas do importante acontecimento, em defesa das conquistas democráticas da revolução do 25 de Abril de 1974.

As duas delegações puseram em relevo as vitórias alcançadas nas últimas décadas pela luta libertadora dos trabalhadores e dos povos designadamente em África, Ásia e América Latina.

Ao mesmo tempo condenaram firmemente a política militarista agressiva conduzida pelo imperialismo norte-americano e pelos círculos mais reaccionários da NATO que põe em perigo a paz e a segurança mundiais.

As duas delegações pronunciaram-se pelo fim da corrida aos armamentos, pelo desarmamento e, em primeiro lugar, o desarmamento nuclear, pela interdição e destruição de todas as armas de destruição massiva. Põem em relevo a importância das reiteradas propostas de paz e desarmamento da URSS e outros países socialistas e do amplo movimento popular pela paz que se desenvolve à escala mundial.

As duas delegações condenam firmemente a política imperialista de pressão, ameaça e agressão militar directa em numerosos países e regiões do mundo e expressaram a sua solidariedade para com todos os povos em luta pela sua emancipação nacional e social, contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, contra o fascismo, o racismo e o *apartheid*.

No tocante à preocupante situação que vive o continente africano, as duas partes constatarem que o imperialismo internacional desenvolve esforços tendentes a minar a unidade africana tentando enfraquecer a OUA no intuito de a tornar cada vez mais receptiva aos seus intentos. Por outro lado, na tentativa de parar o ímpeto revolucionário do Movimento de Libertação Nacional, na África Austral, não cessa de levar a cabo repetidas manobras dilatórias.

Neste contexto as duas partes condenaram energeticamente a persistente ocupação do território da Namíbia pela África do Sul, considerando que a solução do problema deverá ser encontrada na base da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU.

Ao analisar a situação no Médio Oriente as duas partes constatarem o perigo que representa o regime sionista e expansionista de Israel para a paz na região e

reafirmaram a sua solidariedade para as forças patrióticas do Líbano e o povo libanês, para com a OLP e o povo palestino e para com a Síria, que fazem frente à brutal agressão imperialista-sionista naquela região. Bem como se pronunciaram pelo direito inalienável do povo palestino à criação de um Estado independente e soberano.

Analisando a situação na América Central e Caribais as duas delegações expressaram a sua solidariedade para com Cuba socialista, Nicarágua revolucionária e o povo de El Salvador e outros povos da América Latina que enfrentam as ameaças e as agressões dos EUA e seus fantoches na região.

As duas partes reiteraram a sua solidariedade de combate e o apoio à justa luta do povo mauere, conduzida heroicamente pela Freltilin, bem como apelaram à comunidade internacional no sentido de empreender todos os esforços ao seu alcance para levar a Indonésia a reconhecer o direito do povo de Timor-Leste à independência.

A delegação do Partido Comunista Português expressou a sua solidariedade pela acção conduzida pelo Povo angolano, sob a direcção da sua vanguarda revolucionária, o MPLA-Partido do Trabalho, em defesa da soberania e integridade territorial da sua pátria, nas tarefas de reconstrução económica, na luta pela edificação do socialismo.

A delegação do Partido Comunista Português condenou firmemente a criminosa guerra não declarada conduzida pelos racistas sul-africanos com o apoio do imperialismo contra a República Popular de Angola, e expressou o alto apreço dos comunistas e dos trabalhadores portugueses pelo heroísmo das FAPLA e do Povo angolano.

Reiterando a sua firme condenação quanto à impunidade e mesmo protecção oficial dispensada em Portugal aos inimigos do Povo angolano, a delegação do Partido Comunista português expressou a sua determinação de continuar a agir para que cessem imediata e definitivamente em Portugal as campanhas e actividades hostis à República Popular de Angola e à Revolução Angolana.

As duas delegações constatarem com satisfação que as conversações realizadas revelaram um excelente espírito de fraternal e indestruível amizade e compreensão mútua e uma unidade de ideias na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

A delegação do Partido Comunista Português, expressou o seu profundo reconhecimento ao Presidente do MPLA-Partido do Trabalho, ao Comité Central e ao Povo angolano face ao acolhimento fraterno e cordial de que foi alvo durante a sua estadia na República Popular de Angola e convidou uma delegação do Comité Central a visitar Portugal, tendo o convite sido aceite.

EUA Guerra não declarada contra a Nicarágua

De tão descaradamente agressiva, de tão abertamente violadora de todas as normas internacionais, a política externa norte-americana tem vindo a assumir uma outra característica — a do isolamento. E já não se trata só do — evidente — isolamento, quando confrontada com a vontade e a luta dos povos, incluindo o povo norte-americano. Isolamento também, no plano interno, pela restrição da base de apoio social a um sector do grande capital. Isolamento no plano internacional, em relação aos seus próprios aliados da NATO.

Esse um facto que surgiu com particular evidência quando da invasão de Granada — universalmente condenada, também por governos de países membros da NATO (a «compreensão» então manifestada pelo Governo português foi amplamente elogiada pelo imperialismo...).

Agora, uma vez mais, ressal-

ta esse isolamento — perante a evolução dos acontecimentos na Nicarágua e, em particular, a denúncia (não oficialmente desmentida) da responsabilidade e iniciativa da CIA na minagem de portos e águas da Nicarágua, que já atingiu sete navios, nomeadamente um petroleiro soviético.

• Um primeiro facto a salien-

tar: os Estados Unidos foram o único país a vetar a proposta de resolução apresentada pela Nicarágua na ONU, condenando a minagem dos portos. Ao lado do veto norte-americano surgiu apenas a abstenção britânica.

• Um segundo aspecto que importa realçar: a denúncia — pormenorizada, mesmo — da responsabilidade da CIA na colocação de minas nos vários portos do país, surge nas páginas de jornais que estão bem longe de se caracterizar pelo empenho na defesa dos interesses dos povos. O «Wall Street Journal», como aliás o próprio nome indica, está intimamente ligado a interesses das grandes multinacionais

com sede em Washington (o que não pode deixar de reflectir a existência de divergências de orientação — que não de objectivos — entre os diversos sectores do capital).

• Agora, mesmo a Grã-Bretanha se demarca da política de Reagan em relação à Nicarágua, exprimindo oficialmente as suas reservas em relação à minagem dos portos nicaraguenses. O porta-voz trabalhista das relações externas afirma com clareza que tal facto constitui «uma acção terrorista», destacando: «O mundo inteiro ficaria sobre brasas, no caso de o Golfo ser fechado ao tráfego, e eis que o governo norte-americano semeia minas, desprezando todas as normas do direito internacional».

• Entretanto, para já, esse desprezo mantém-se como tônica da política externa desenvolvida pela Casa Branca. Antecipando-se à queixa apresentada pela Nicarágua no Tribunal Internacional de Haia pela minagem dos portos, o Departamento de Estado publicou um comunicado a anunciar que os EUA haviam decidido não aceitar durante dois anos a jurisdição do tribunal internacional de Haia sobre os problemas da América Central!

Só que, quando confrontado com a batalha anti-imperialista dos povos e o repúdio cada vez mais vasto, a nível internacional, por tal política — não será com um simples comunicado, que Washington lhe poderá fazer frente.

VIETNAM Outra vez a guerra?

A guerra voltou às zonas fronteiriças do Vietnam. Uma vez mais tropas chinesas têm vindo a proceder a agressões militares contra posições vietnamitas de defesa fronteiriça, localidades e instalações económicas no território de seis províncias do Norte do Vietnam, provocando dezenas de mortos e feridos. Por absurdo que pareça, os ataques registam-se em plena semana dedicada à Ásia pelo Conselho Mundial da Paz.

De Paz tem sido, entretanto, a política desenvolvida pelo Vietnam, em conjugação com o Laos e o Kampucheia.

Em Janeiro deste ano, realizou-se em Viena a oitava Conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros da República Socialista do Vietnam, da República Popular do Kampucheia e da República Democrática e Popular do Laos. Nessa reunião foi reafirmada a decisão dos três países de manter uma política externa coordenada, no sentido de desenvolver relações normais com os países vizinhos, suprir os problemas existentes no

Sudeste Asiático e transformar a região numa zona de paz.

Na base desta política não está a subestimação dos problemas realmente existentes (trata-se de países que seguem vias de desenvolvimento opostas). Está sim a ideia central de que os problemas existentes podem e devem ser resolvidos pela via negociada. É uma das propostas avançadas é a de que, se a China deixar de utilizar território tailandês para acções visando os três países da Indochina e acabar com o apoio aos bandos de Pol Pot, será possível a retirada de todas as tropas voluntárias viet-

namitas no Kampucheia. E é de relembrar que parte dessas tropas já foi retirada em Julho de 82. Nesta mesma reunião, os três países da Indochina manifestaram a sua vontade de desenvolver, com a China, relações na base da coexistência pacífica.

Em Agosto de 83, por ocasião das festas nacionais do Vietnam (2 de Setembro) e da China (1 de Outubro), o governo vietnamita propôs à China a cessação de quaisquer actividades hostis ao longo da fronteira, visando com isso também dar um contributo para «a criação de uma atmosfera favorável à resolução das irregularidades nas relações entre os dois países», correspondendo «à vontade de paz e estabilidade dos povos da região».

Esta arregaçada vontade de paz tem raízes profundas. Trata-se em primeiro lugar, naturalmente, da necessidade de mobilização de todos os esforços para a reconstrução nacio-

nal, o reforço das bases do socialismo no país. Mas também do peso da inesquecível marca da guerra em terra vietnamita, que sobrevive ainda, e não só sob a forma de memória histórica.

Basta salientar que ainda hoje as cerca de 100 mil toneladas de herbicidas e desfolhantes que as tropas norte-americanas lançaram sobre o Vietnam continuam a fazer vítimas. Segundo um médico vietnamita do serviço de pediatria do Hospital de Ho Chi Minh, nas zonas atingidas pela guerra química continuam a nascer duas vezes mais crianças com deformações e doenças congénitas que nas restantes zonas do país.

Que os três países da Indochina queiram a paz — depois de os seus povos tanto terem sofrido com guerras que lhe foram impostas — é um facto que se mete pelos olhos dentro. E por ela lutam duplamente.

Até amanhã através da construção de uma nova sociedade. E pela luta persistente pelo saneamento da situação nesta zona do mundo, onde o imperialismo aposta forte: através do envio de enormes quantidades de armas para o Paquistão, alimento imprescindível na guerra não declarada contra o Afeganistão; dos esforços desenvolvidos no sentido de formar uma nova aliança militar com os países da ASEAN (Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia), e ainda da constituição de uma verdadeira aliança militar com a Coreia do Sul e o Japão, que se pretende transformar numa potência militar.

É neste quadro muito difícil, que «os povos dos três países da Indochina erguem bem alto a bandeira da paz e da amizade», como foi salientado no documento saído de uma das últimas reuniões de Viena. Uma paz que as agressões renovadas por parte da China tornam mais difícil.

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS
de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

edições **Avante!**